



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

BOLETIM INFORMATIVO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

2.º TRIMESTRE DE 2015



Novembro de 2015



FICHA TÉCNICA

“Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 2.º Trimestre de 2015”

é uma publicação da

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público do Estado

Presença na Internet: www.utam.pt

Na capa: Painéis da Escadaria Nobre da autoria do pintor Joaquim Rebocho (1950-54) “O conjunto simboliza as atividades nacionais que concorrem para as finanças públicas.”



Índice

1	SUMÁRIO EXECUTIVO	6
2	ENQUADRAMENTO.....	7
3	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	8
3.1.	Resultado Líquido	8
3.2.	Endividamento.....	11
3.3.	EBITDA.....	14
3.4.	Volume de Negócios	16
3.5.	Gastos Operacionais	19
3.6.	Prazo Médio de Pagamentos.....	23
4	CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2015.....	25
5	ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO.....	27
5.1.	Liquidez	27
5.2.	Rentabilidade.....	29
5.3.	Endividamento.....	31
6	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	33
7	RESPONSABILIDADES CONTINGENTES.....	37
8	UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	39
	ANEXOS	42
A.	UNIVERSO CONSIDERADO	42
B.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	44
C.	LEGISLAÇÃO RELEVANTE NO ÂMBITO DO SEE	61

**Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Setores de atividade	7
Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade.....	8
Tabela 3 – Endividamento por setor de atividade	11
Tabela 4 – EBITDA por setor de atividade.....	14
Tabela 5 – Volume de Negócios por setor de atividade.....	16
Tabela 6 – Gastos Operacionais por setor de atividade.....	19
Tabela 7 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade	21
Tabela 8 – PMP por setor de atividade (dezembro 2014 e junho 2015)	23
Tabela 9 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão.....	25
Tabela 10 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão no primeiro trimestre de 2015.....	26
Tabela 11 – Indicadores de Liquidez por setor de atividade.....	27
Tabela 12 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade.....	29
Tabela 13 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade.....	31
Tabela 14 – Valor dos IGRF por setor de atividade	34
Tabela 15 – Variação dos IGRF, por setor de atividade.....	35
Tabela 16 – Análise de sensibilidade a choque das curvas <i>swap</i> EUR e USD.....	36
Tabela 17 – Resultado Líquido por empresa.....	44
Tabela 18 – Endividamento por empresa	47
Tabela 19 – EBITDA por empresa	50
Tabela 20 – CMVMC por setor de atividade	53
Tabela 21 – FSE por setor de atividade	53
Tabela 22 – Gastos com Pessoal por setor de atividade	54
Tabela 23 – Cultura: estatísticas descritivas	55
Tabela 24 – Gestoras de Património: estatísticas descritivas	55
Tabela 25 – Comunicação: estatísticas descritivas.....	56
Tabela 26 – Saúde: estatísticas descritivas	56
Tabela 27 – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas.....	57
Tabela 28 – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas	57
Tabela 29 – Administração Pública: estatísticas descritivas	58
Tabela 30 – Agricultura e pescas: estatísticas descritivas.....	58
Tabela 31 – Construção: estatísticas descritivas.....	59
Tabela 32 – Indústrias transformadoras: estatísticas descritivas	59
Tabela 33 – Transportes e armazenagem: estatísticas descritivas	60



Índice de Figuras

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido	9
Figura 2 – Desempenho das empresas públicas: Endividamento	12
Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA.....	15
Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios	17
Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais	20
Figura 6 – Evolução do PMP por setor de atividade (janeiro 2014 – março 2015).....	23
Figura 7 – Distribuição do PMP em junho de 2015	24
Figura 8 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2015	26
Figura 9 – Evolução de taxa <i>swap</i> EUR a 10 anos e de <i>swaption</i> 5y5y ATM.....	36
Figura 10 – Responsabilidades Contingentes por tipologia	37
Figura 11 – Centralização das disponibilidades por tipo de empresa	39
Figura 12 – Fundos centralizados no IGCP por setor de atividade.....	40
Figura 13 – Centralização de disponibilidades por setor de atividade.....	41

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado refere-se ao final do segundo trimestre de 2015, isto é, cobre a evolução da situação das empresas públicas durante o primeiro semestre de 2015, caracterizada através da evolução dos indicadores económico-financeiros mais relevantes. Recorreu-se à agregação das empresas públicas em setores de atividade, de acordo com a Classificação de Atividades Económicas, apresentando-se para os indicadores mais importantes a informação detalhada por empresa. A evolução da situação económico-financeira destas empresas é feita por comparação com a que se verificava em termos homólogos, isto é, no final do segundo trimestre de 2014, ou por comparação com os valores no período anterior, neste caso com o primeiro trimestre de 2015, consoante a natureza dos indicadores em análise.

No primeiro semestre de 2015 verificou-se um aumento do Resultado Líquido das empresas públicas em 186 milhões de euros (30%) face ao verificado no mesmo período do ano anterior, assim como uma redução do nível de Endividamento destas em cerca de 927 milhões de euros (3%), também face a um ano antes. O aumento do Resultado Líquido decorre maioritariamente dos setores das *Empresas Financeiras*, destacando-se neste o contributo da Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A. Já quanto à redução do Endividamento, sublinhe-se o contributo do setor dos *Transportes e Armazenagem* e, em particular, da REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. que no período considerado procedeu à amortização de uma parte significativa da sua dívida, com os aumentos do capital estatutário realizados pelo acionista Estado no montante de 700 milhões de euros.

No que respeita a outros indicadores de desempenho, é de salientar o acréscimo de 209 milhões de euros no Volume de Negócios (6%), acompanhado por um aumento dos Gastos Operacionais em 208 milhões de euros (6%). Este aumento dos Gastos Operacionais é essencialmente justificado pela Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e pela ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A, ainda que no caso da ESTAMO o aumento de Gastos Operacionais decorra exclusivamente da alienação de imóveis registados como existências.

Estes desenvolvimentos foram acompanhados da redução do Prazo Médio de Pagamentos agregado, situando-se no final do segundo trimestre numa média de 82 dias. Como nota final, respeitante aos objetivos de gestão para o ano de 2015, refira-se que a atividade desenvolvida até ao final do primeiro semestre indicia que 77% das empresas públicas cumpriram as instruções relativas ao endividamento, metade das empresas cumpriram os objetivos referentes aos Gastos Operacionais, 38% cumpriram os objetivos referentes ao EBITDA e 69% cumpriram o objetivo de redução do seu prazo médio de pagamentos.

2 ENQUADRAMENTO

O presente Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado (SEE), referente ao primeiro semestre de 2015, considera as empresas públicas que no último dia útil do mês de agosto¹ tinham inserido no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), as demonstrações financeiras e demais informação económica à data de 30 de junho consideradas necessárias para a elaboração do mesmo².

Os setores de atividade considerados neste Boletim foram constituídos tendo em conta a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas – Revisão 3 (CAE)³, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, tal como apresentado na tabela seguinte.

Tabela 1 – Setores de atividade

Setor	Secção da CAE	Designação da CAE
Cultura	R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
Gestoras de Património	M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
Comunicação	J	Atividades de informação e de comunicação
Saúde	Q	Atividades de saúde humana e apoio social
Empresas Financeiras	K	Atividades financeiras e de seguros
Empresas Imobiliárias	L	Atividades imobiliárias
Administração Pública	O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
Agricultura e Pescas	A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
Construção	F	Construção
Indústrias transformadoras	C	Indústrias transformadoras
Transportes e armazenagem	H	Transportes e armazenagem

No Anexo A encontram-se elencadas, por setor de atividade, as empresas do SEE consideradas neste Boletim.

¹ A data limite para as empresas inserirem no SiRIEF os dados da execução do segundo trimestre de 2015 é 31 de julho de 2015. Ainda assim, foram consideradas todas as empresas que inseriram os seus dados até ao dia 31 de agosto.

² Foram utilizados os Balanços previsional e de execução trimestral referentes ao segundo trimestre de 2015, o Balanço de execução trimestral do último trimestre de 2014, as Demonstrações de Resultados previsional e de execução do segundo trimestre de 2015 e do trimestre homólogo, bem como o Prazo Médio de Pagamentos. Procedeu-se à correção de alguns dados e à exclusão de outros cuja validade não foi possível comprovar, pelo que o conjunto das empresas consideradas em cada análise pode variar.

³ Que pode ser consultada no sítio da internet do Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, em <http://www.sicae.pt/>.

3 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Nesta secção é apresentado o desempenho operacional e financeiro das empresas públicas, agrupadas em setores de atividade, como atrás referido. Foram consideradas duas vertentes de análise:

- Cálculo de desvios face à previsão⁴, de forma a avaliar a implementação dos Planos de Atividades e Orçamentos por parte das empresas públicas. Procedeu-se à comparação entre a previsão relativa ao segundo trimestre de 2015 (2015P nas tabelas abaixo) e o valor executado no mesmo período (2015E nas mesmas tabelas), para cada um dos indicadores considerados;
- Avaliação da evolução face ao ano anterior, comparando-se entre o valor executado no segundo trimestre de 2015 e o período de referência no ano anterior⁵.

3.1. Resultado Líquido

O Resultado Líquido das empresas públicas no primeiro semestre de 2015 foi de -431 milhões de euros, valor inferior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 312 milhões de euros. Não obstante, aquele resultado representa uma melhoria de 30% face ao mesmo período de 2014, cerca de 186 milhões de euros. A tabela seguinte apresenta o Resultado Líquido realizado pelas empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	-268	-435	167	38 %	-65	-202	-309 %	
Gestoras de Património	-90.491	-98.172	7.681	8 %	-120.375	29.884	25 %	
Comunicação	5.006	253	4.753	1.878 %	1.028	3.978	387 %	
Saúde	-118.070	164.739	-282.809	-172 %	-103.658	-14.412	-14 %	
Empresas Financeiras	4.722	58.556	-53.834	-92 %	-97.957	102.679	105 %	
Empresas Imobiliárias	14.335	12.172	2.163	18 %	11.486	2.849	25 %	
Administração Pública	46.075	29.292	16.783	57 %	10.547	35.528	337 %	
Agricultura e Pescas	801	-106	907	856 %	173	628	363 %	
Construção	-6.118	-10.882	4.763	44 %	15.338	-21.457	-140 %	
Indústrias transformadoras	8.056	12.539	-4.482	-36 %	9.603	-1.547	-16 %	
Transportes e armazenagem	-295.686	-287.956	-7.730	-3 %	-344.207	48.521	14 %	
Total	-431.638	-120.000	-311.638	-260 %	-618.088	186.450	30 %	

Fonte: SiRIEF

⁴ Por previsão entendem-se os valores constantes dos Planos de Atividades e Orçamentos das empresas públicas, aprovados ou propostos e inseridos em SiRIEF. Quando os valores se referem apenas ao final do ano para obter os desvios de previsão (para o primeiro semestre) assumiu-se uma evolução constante das rubricas ao longo do ano.

⁵ Considerou-se o segundo trimestre de 2014 para análise de indicadores da Demonstração de Resultados (fluxos) e o final do exercício de 2014 para a análise de indicadores do Balanço (*stocks*).

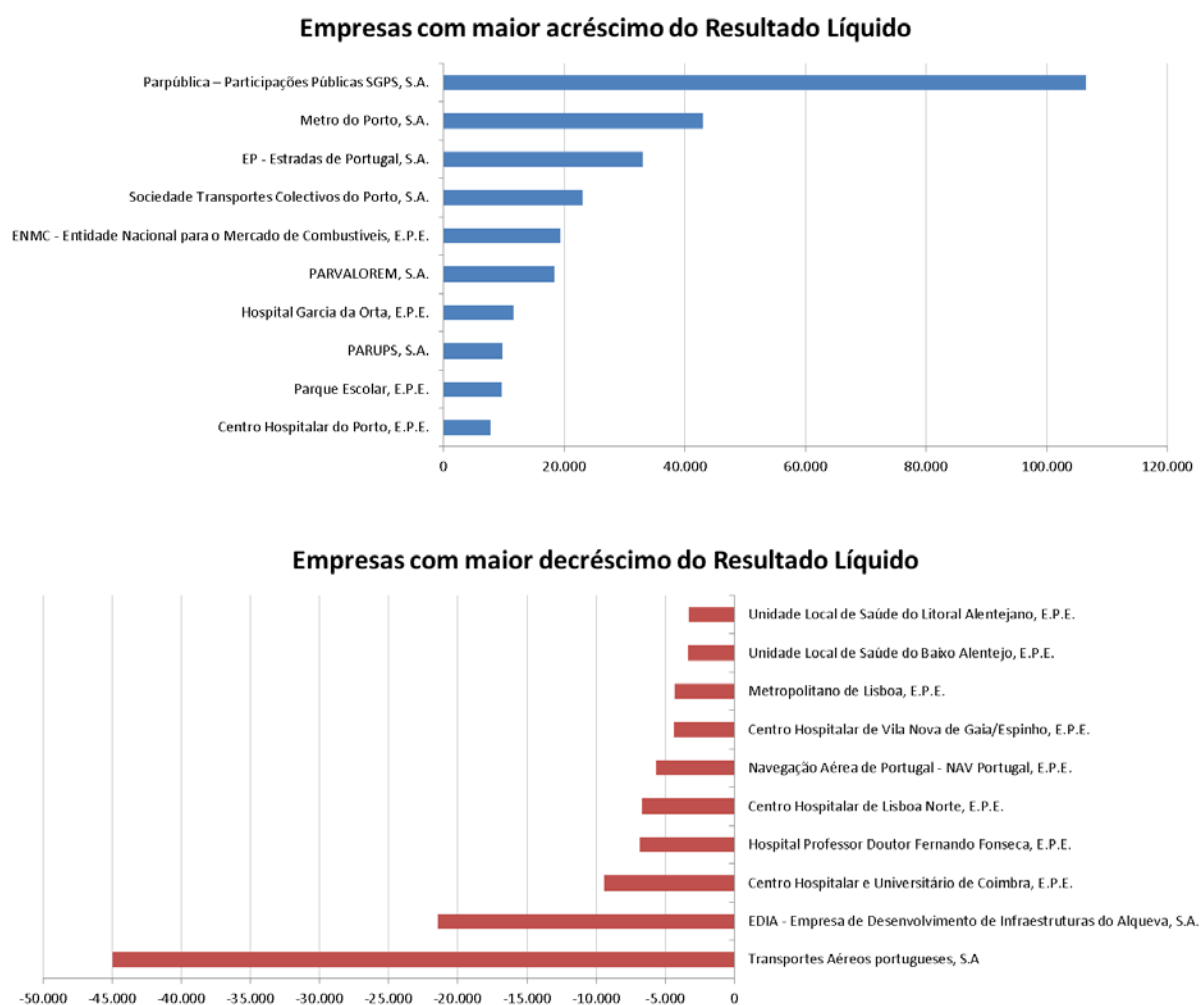
Quanto ao desvio de previsão face aos orçamentos das empresas, o Resultado Líquido do setor da *Administração Pública* superou a previsão em cerca de 17 milhões de euros. Este setor evidenciou também o segundo maior crescimento do Resultado Líquido face ao registado um ano antes, cerca de 36 milhões de euros.

Por outro lado, o setor da *Saúde* registou o maior desvio de previsão negativo, cerca de -283 milhões de euros. O Resultado Líquido deste setor no primeiro semestre de 2015 representa ainda um decréscimo de 14 milhões de euros face ao valor registado no mesmo período do ano passado. O setor das Empresas Financeiras apresenta o segundo maior desvio de previsão negativo, próximo dos -54 milhões de euros. Note-se que apesar disso, o setor das Empresas Financeiras distinguiu-se como o setor com maior crescimento do Resultado Líquido face ao período homólogo, aproximadamente 103 milhões de euros.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do Resultado Líquido no primeiro semestre de 2015, face ao período homólogo.

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido

Unidade: Milhares de euros



Fonte: SiRIEF



A melhoria significativa do Resultado Líquido da Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A. (Parpública) face ao período homólogo deveu-se essencialmente à evolução favorável do seu EBITDA, que se encontra explicitado na secção 3.3.. Ainda assim, importa mencionar um acréscimo do Resultado Financeiro de cerca de 15 milhões de euros.

O decréscimo do Resultado Líquido da Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (TAP), no montante de cerca de 45 milhões de euros, espelha essencialmente a evolução desfavorável do seu Resultado Operacional. Não obstante o decréscimo de 60 milhões de euros do EBITDA⁶, que se encontra explicitado na secção 3.3., o Resultado Operacional da empresa apenas diminuiu cerca de 41 milhões de euros face ao período homólogo devido ao impacto positivo da reversão de amortizações e imparidades por força da extensão da vida útil dos ativos da empresa.

A EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA) evidenciou também um decréscimo de cerca de 21 milhões de euros do seu Resultado Líquido no primeiro trimestre de 2015, face ao período homólogo, devido essencialmente ao reconhecimento de perdas por imparidade nos ativos afetos à atividade de distribuição de água.

O Resultado Líquido por empresa pode ser consultado na Tabela 17 do Anexo B.

⁶ Sigla anglo-saxónica para *Earnings before Interest, Taxes, Depreciations and Amortizations*. O EBITDA é frequentemente utilizado como *proxy* do *cash flow* gerado pela empresa.

3.2. Endividamento

O Endividamento⁷ das empresas públicas no primeiro semestre de 2015 foi cerca de 31 mil milhões de euros, valor inferior ao objetivo expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 25 milhões de euros. Relativamente ao final de 2014, o nível de endividamento no primeiro semestre de 2015 registou uma diminuição de 3%, na ordem dos 927 milhões de euros. A tabela seguinte apresenta o nível de Endividamento das empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

Tabela 3 – Endividamento por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T4 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	916	907	10	1 %	913	3	0 %	
Gestoras de Património	4.985.482	5.532.352	-546.870	-10 %	5.093.330	-107.848	-2 %	
Comunicação	83.235	185.730	-102.495	-55 %	78.316	4.919	6 %	
Saúde	299	13.290	-12.991	-98 %	1.240	-941	-76 %	
Empresas Financeiras	5.081.869	5.311.551	-229.682	-4 %	5.283.549	-201.680	-4 %	
Empresas Imobiliárias	372.671	404.728	-32.057	-8 %	426.866	-54.194	-13 %	
Administração Pública	1.465.542	1.505.575	-40.033	-3 %	1.485.373	-19.832	-1 %	
Agricultura e Pescas	0	0	0	0 %	0	0	0 %	
Construção	732.278	731.992	286	0 %	735.436	-3.158	0 %	
Indústrias transformadoras	0	0	0	0 %	0	0	0 %	
Transportes e armazenagem	17.858.649	16.919.595	939.054	6 %	18.403.177	-544.528	-3 %	
Total	30.580.941	30.605.718	-24.777	0 %	31.508.201	-927.260	-3 %	

Fonte: SIREF

Os maiores desvios de previsão face aos orçamentos das empresas verificaram-se nos setores das *Gestoras de Património* e das *Empresas Financeiras*, cujo endividamento foi inferior ao previsto em cerca de 547 e 230 milhões de euros, respetivamente. Por outro lado, o setor dos *Transportes e armazenagem* ultrapassou o endividamento previsto nos orçamentos das empresas em aproximadamente 939 milhões de euros.

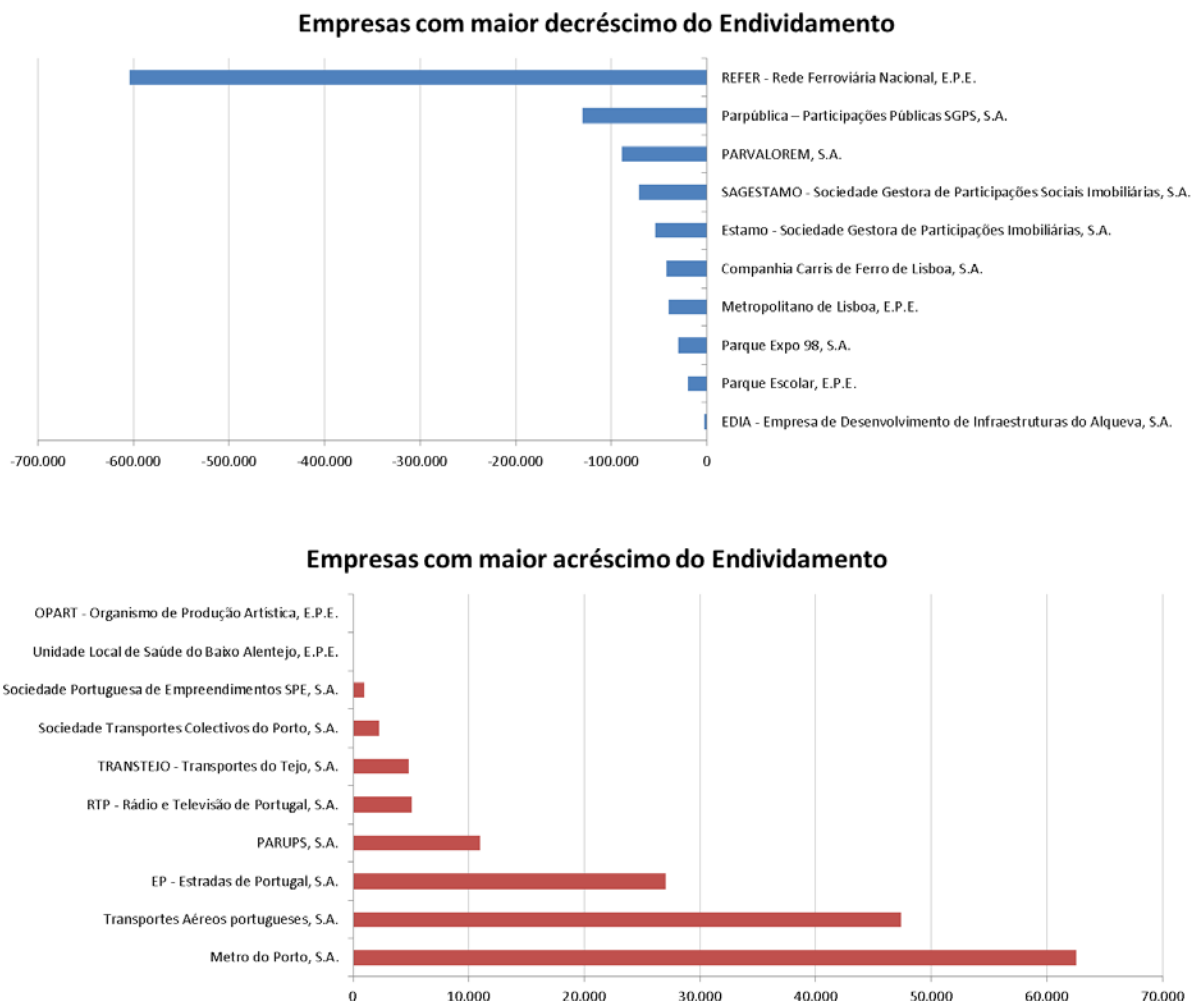
No que respeita à evolução face ao final de 2014 contribuiu maioritariamente o setor dos *Transportes e armazenagem*, com uma diminuição de aproximadamente 545 milhões de euros. Apenas o setor da *Comunicação* registou um aumento do endividamento, na ordem dos 4,9 milhões de euros.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do Endividamento no primeiro semestre de 2015, face ao final do ano de 2014.

⁷ Entende-se por Endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

Figura 2 – Desempenho das empresas públicas: Endividamento

Unidade: Milhares de euros



Fonte: SiRIEF

A redução da dívida financeira da REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. (REFER) entre dezembro de 2014 e junho de 2015 deveu-se ao reembolso em março de 2015 do empréstimo obrigacionista *Eurobond* 05/15, no montante de 600 milhões de euros e às amortizações de empréstimos do Banco Europeu de Investimento no montante de cerca de 25 milhões de euros. As amortizações de capital, acrescidas do montante de juros vencidos à data, foram cobertas por aumentos do capital estatutário realizados pelo acionista Estado no montante de 700 milhões de euros. Adicionalmente, a empresa recorreu à contratação de um financiamento de curto prazo no segundo trimestre, no montante de cerca de 17,7 milhões de euros.

O Metro do Porto, S.A. (Metro do Porto) aumentou o seu Endividamento em cerca de 63 milhões de euros durante o primeiro semestre de 2015. Esta evolução resulta do recebimento de 266 milhões de euros oriundos de um empréstimo contratado junto da DGTF, dos quais 57 milhões de euros foram recebidos no primeiro trimestre e 209 milhões de euros no segundo trimestre. Esta operação de financiamento foi atenuada pelas



amortizações dos financiamentos contratados junto do Banco Europeu de Investimento (cerca de 23 milhões de euros) e do Depfa Bank (cerca de 1 milhão de euros) durante o primeiro trimestre, bem como pelo reembolso à DGTF de cerca de 176 milhões de euros no segundo trimestre. Foram ainda amortizados contratos de *leasing*, em cerca de 3 milhões de euros.

O aumento da dívida total da TAP, no montante de cerca de 47 milhões de euros, decorreu da contratação de novos financiamentos e do plano de amortizações da dívida já existente, nomeadamente as amortizações de *leasings* financeiros e de financiamentos.

O Endividamento por empresa pode ser consultado na Tabela 18 do Anexo B.

3.3. EBITDA

O EBITDA das empresas públicas no primeiro semestre de 2015 foi cerca de 421 milhões de euros, valor inferior ao expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 143 milhões de euros. Relativamente ao período homólogo, o EBITDA registou um crescimento na ordem dos 206 milhões de euros (96%). O EBITDA das empresas públicas é o apresentado na tabela seguinte, por setor de atividade.

Tabela 4 – EBITDA por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	213	89	124	140 %	424	-211	-50 %	
Gestoras de Património	-9.898	-95.493	85.594	90 %	-30.581	20.683	68 %	
Comunicação	10.707	9.643	1.064	11 %	8.068	2.639	33 %	
Saúde	-67.332	221.956	-289.287	-130 %	-53.811	-13.521	-25 %	
Empresas Financeiras	59.075	38.825	20.249	52 %	-30.664	89.739	293 %	
Empresas Imobiliárias	24.122	22.883	1.239	5 %	25.840	-1.718	-7 %	
Administração Pública	93.988	77.341	16.647	22 %	56.358	37.630	67 %	
Agricultura e Pescas	2.850	1.986	864	44 %	2.459	391	16 %	
Construção	4.946	6.256	-1.309	-21 %	6.368	-1.422	-22 %	
Indústrias transformadoras	13.498	18.859	-5.362	-28 %	15.150	-1.653	-11 %	
Transportes e armazenagem	289.037	262.128	26.909	10 %	215.251	73.785	34 %	
Total	421.205	564.472	-143.267	-25 %	214.863	206.342	96 %	

Fonte: SiRIEF

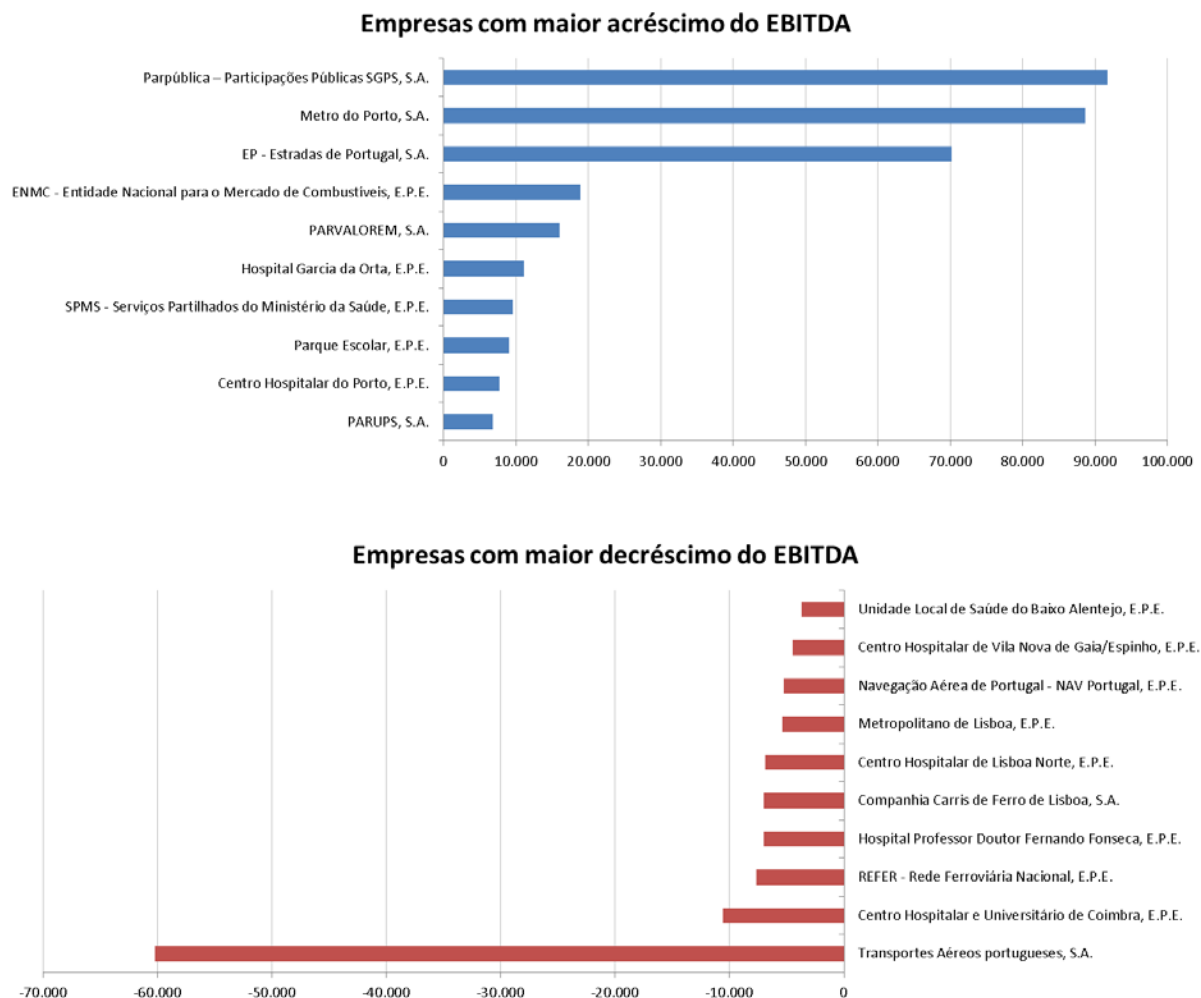
Os maiores desvios positivos face aos orçamentos das empresas verificaram-se nos setores das *Gestoras de Património* e das *Empresas Financeiras*, cujos desvios foram da ordem dos 86 e 20 milhões de euros, respetivamente. Destaque-se ainda o desvio negativo do setor da *Saúde*, de aproximadamente 289 milhões de euros face à previsão nos orçamentos das empresas.

No que diz respeito à evolução face ao primeiro semestre de 2014, o setor onde se registou o maior decréscimo do EBITDA foi o da *Saúde*, na ordem dos 14 milhões de euros. Por outro lado, as *Empresas Financeiras* registaram um acréscimo muito significativo do seu EBITDA, de cerca de 90 milhões de euros.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução do EBITDA no primeiro semestre de 2015, face ao período homólogo.

Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA

Unidade: Milhares de euros



Fonte: SiRIEF

O Metro do Porto e a Parpública registaram os maiores crescimentos do EBITDA, na ordem dos 89 e 87 milhões de euros, respetivamente. Ambos os aumentos resultam essencialmente de variações positivas no justo valor dos instrumentos financeiros de derivados. No caso do Metro do Porto a rubrica em causa evoluiu de -70 milhões de euros no primeiro semestre de 2014 para 28 milhões de euros no primeiro semestre de 2015; no caso da Parpública a mesma rubrica evoluiu de -14 milhões de euros no primeiro semestre de 2014 para 122 milhões de euros no primeiro semestre de 2015. Note-se que, no que diz respeito à Parpública, parte do efeito é compensado por um acréscimo de Provisões relativas à existência de capitais próprios negativos da TAP.

O EBITDA da TAP, no primeiro semestre de 2015, decresceu cerca de 60 milhões de euros. Tal deveu-se essencialmente ao aumento em cerca de 57 milhões de euros dos Gastos Operacionais, explicitado com maior detalhe na secção 3.5., mas também à redução dos Rendimentos e Ganhos Operacionais em cerca de 3 milhões de euros.

O EBITDA por empresa pode ser consultado na Tabela 19 do Anexo B.

3.4. Volume de Negócios

O Volume de Negócios das empresas públicas no primeiro semestre de 2015 foi de 4 mil milhões de euros, montante inferior em 241 milhões de euros ao previsto nos orçamentos das empresas. Face ao período homólogo, registou-se um aumento de 6%, na ordem dos 209 milhões de euros. O Volume de Negócios para cada setor de atividade pode ser consultado na tabela seguinte.

Tabela 5 – Volume de Negócios por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	4.068	3.828	240	6 %	3.184	884	28 %	
Gestoras de Património	6.397	1.744	4.653	267 %	2.443	3.954	162 %	
Comunicação	112.380	112.800	-420	0 %	116.033	-3.654	-3 %	
Saúde	1.683.212	1.717.528	-34.316	-2 %	1.612.570	70.643	4 %	
Empresas Financeiras	9.082	9.155	-73	-1 %	9.035	47	1 %	
Empresas Imobiliárias	69.990	82.030	-12.040	-15 %	25.195	44.795	178 %	
Administração Pública	80.157	83.694	-3.538	-4 %	105.496	-25.339	-24 %	
Agricultura e Pescas	13.594	13.668	-75	-1 %	11.291	2.302	20 %	
Construção	9.804	9.234	570	6 %	8.110	1.694	21 %	
Indústrias transformadoras	42.643	51.723	-9.079	-18 %	40.246	2.397	6 %	
Transportes e armazenagem	1.964.560	2.151.782	-187.223	-9 %	1.853.295	111.265	6 %	
Total	3.995.887	4.237.188	-241.301	-6 %	3.786.899	208.988	6 %	

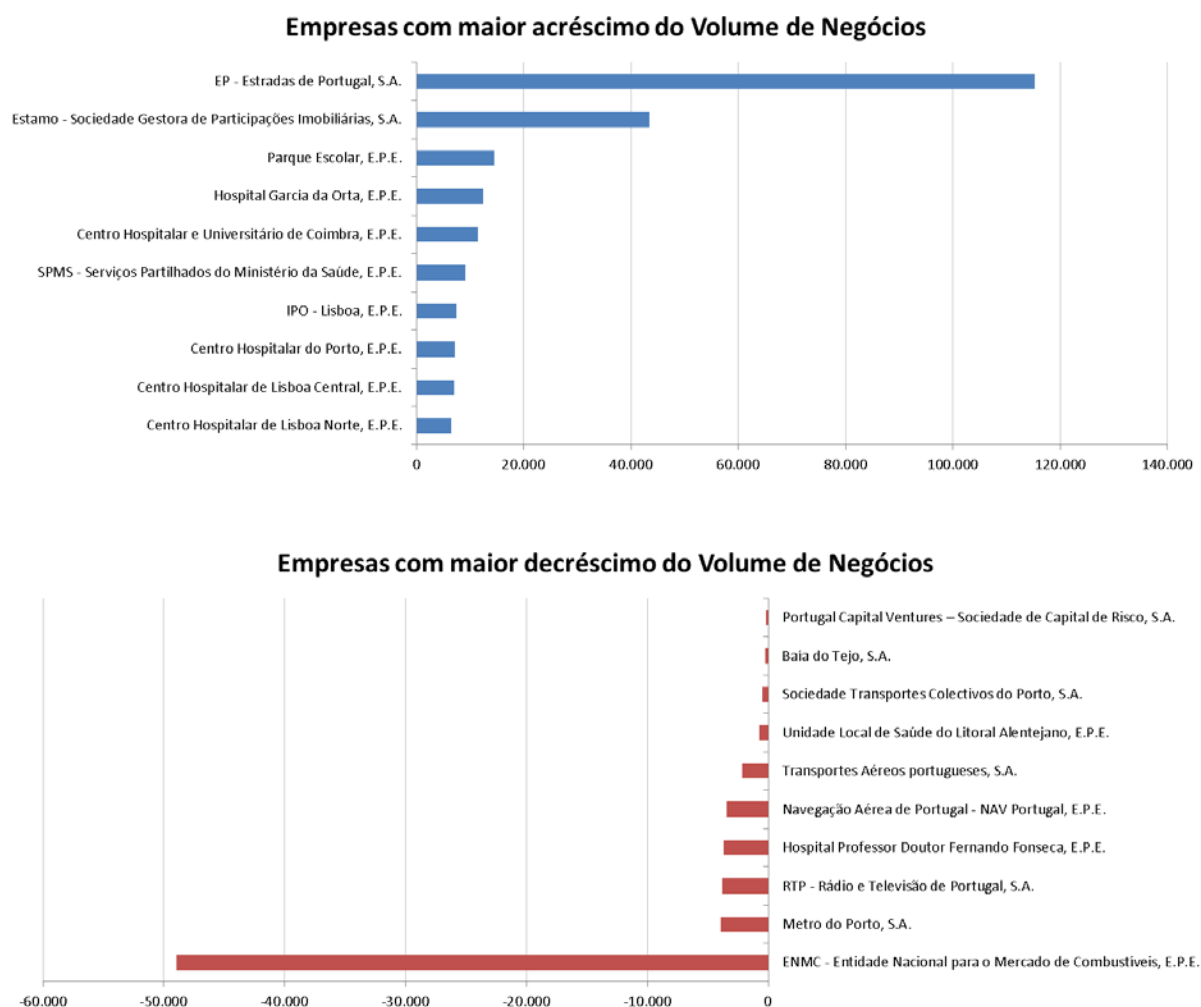
Fonte: SiRIEF

O Volume de Negócios do setor dos *Transportes e Armazenagens* foi inferior ao previsto nos orçamentos das empresas em 187 milhões. Apesar disso, o mesmo setor registou o maior acréscimo face ao período homólogo de 111 milhões de euros. O setor da *Saúde* registou o segundo maior crescimento do Volume de Negócios face ao ano anterior, na ordem dos 71 milhões de euros, enquanto o setor da Administração Pública registou a maior queda, de cerca de 25 milhões de euros.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita do Volume de Negócios no primeiro semestre de 2015, face ao período homólogo.

Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios

Unidade: Milhares de euros



Fonte: SiRIEF

A EP – Estradas de Portugal, S.A. (EP) registou o maior aumento do Volume de Negócios, superior ao acréscimo dos seus gastos operacionais, face ao verificado no período homólogo, tal como já se tinha verificado no primeiro trimestre tendo particular relevância o aumento de receita proveniente da Contribuição do Serviço Rodoviário em face do aumento de 0,02€/litro contemplado na Lei do Orçamento de Estado de 2015.

O acréscimo do Volume de Negócios da ESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A. (ESTAMO) deriva principalmente do aumento das receitas provenientes da alienação de imóveis, que totalizaram o montante de cerca de 51,8 milhões de euros, e de arrendamentos que ascenderam a 12,4 milhões de euros.

O Volume de Negócios da ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (ENMC) diminuiu em cerca de 49 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, face ao período homólogo. Este decréscimo está relacionado com o facto de em 2015 não terem ocorrido operações de venda de existências e com a diminuição das prestações unitárias



cobradas pela ENMC aos operadores sujeitos à obrigação de constituição de reservas, decorrente da diminuição dos custos totais de armazenagem.⁸

⁸ Refira-se a este propósito que a ENMC deverá, de acordo com os seus Estatutos, desenvolver a sua atividade de forma a gerar um resultado operacional nulo, ou seja, deve cobrar aos operadores a prestação mínima necessária para assegurar a recuperação do montante de custos incorridos, pelo que qualquer redução de custos se traduz necessariamente numa redução do Volume de Negócios.

3.5. Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais⁹ das empresas públicas totalizaram 3,9 mil milhões de euros no primeiro semestre de 2015, 196 milhões de euros abaixo da previsão registada nos orçamentos das empresas mas ainda assim 208 milhões de euros acima do registado no período homólogo¹⁰. A tabela seguinte apresenta os Gastos Operacionais para cada setor de atividade.

Tabela 6 – Gastos Operacionais por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	14.756	15.067	-311	-2 %	12.867	1.889	15 %	
Gestoras de Património	21.436	21.308	128	1 %	17.754	3.682	21 %	
Comunicação	96.321	101.673	-5.352	-5 %	108.202	-11.881	-11 %	
Saúde	1.820.281	1.777.732	42.549	2 %	1.752.545	67.736	4 %	
Empresas Financeiras	10.824	12.278	-1.454	-12 %	9.870	954	10 %	
Empresas Imobiliárias	54.190	72.168	-17.978	-25 %	17.863	36.327	203 %	
Administração Pública	26.065	46.632	-20.567	-44 %	50.514	-24.450	-48 %	
Agricultura e Pescas	15.005	15.788	-783	-5 %	12.678	2.327	18 %	
Construção	67.834	76.042	-8.208	-11 %	39.790	28.043	70 %	
Indústrias transformadoras	29.881	29.568	313	1 %	26.545	3.336	13 %	
Transportes e armazenagem	1.746.069	1.930.314	-184.246	-10 %	1.645.574	100.495	6 %	
Total	3.902.660	4.098.571	-195.911	-5 %	3.694.202	208.458	6 %	

Fonte: SIREF

O setor da *Saúde* registou um acréscimo significativo dos seus gastos operacionais, quer face à previsão inserida nos orçamentos das empresas (cerca de 43 milhões de euros), quer face ao período homólogo (cerca de 68 milhões de euros). O setor dos *Transportes e armazenagem* registou o segundo maior crescimento dos seus gastos operacionais, que aumentaram em cerca de 100 milhões de euros face ao registado no período homólogo, situando-se, apesar do crescimento evidenciado, cerca de 184 milhões de euros abaixo do previsto nos orçamentos das empresas.

A maioria dos setores, à exceção da *Comunicação* e da *Administração Pública*, aumentaram os seus Gastos Operacionais face ao período homólogo. Os setores onde se verificou um maior acréscimo de gastos foram os da *Saúde* e dos *Transportes e armazenagem*, tal como referido anteriormente. No caso da *Saúde*, destaca-se um aumento de cerca de 46 milhões de euros ao nível dos CMVMC, em linha com o aumento verificado no Volume de Negócios,

⁹ Entende-se por Gastos Operacionais a soma dos CMVMC, dos FSE e dos Gastos com Pessoal.

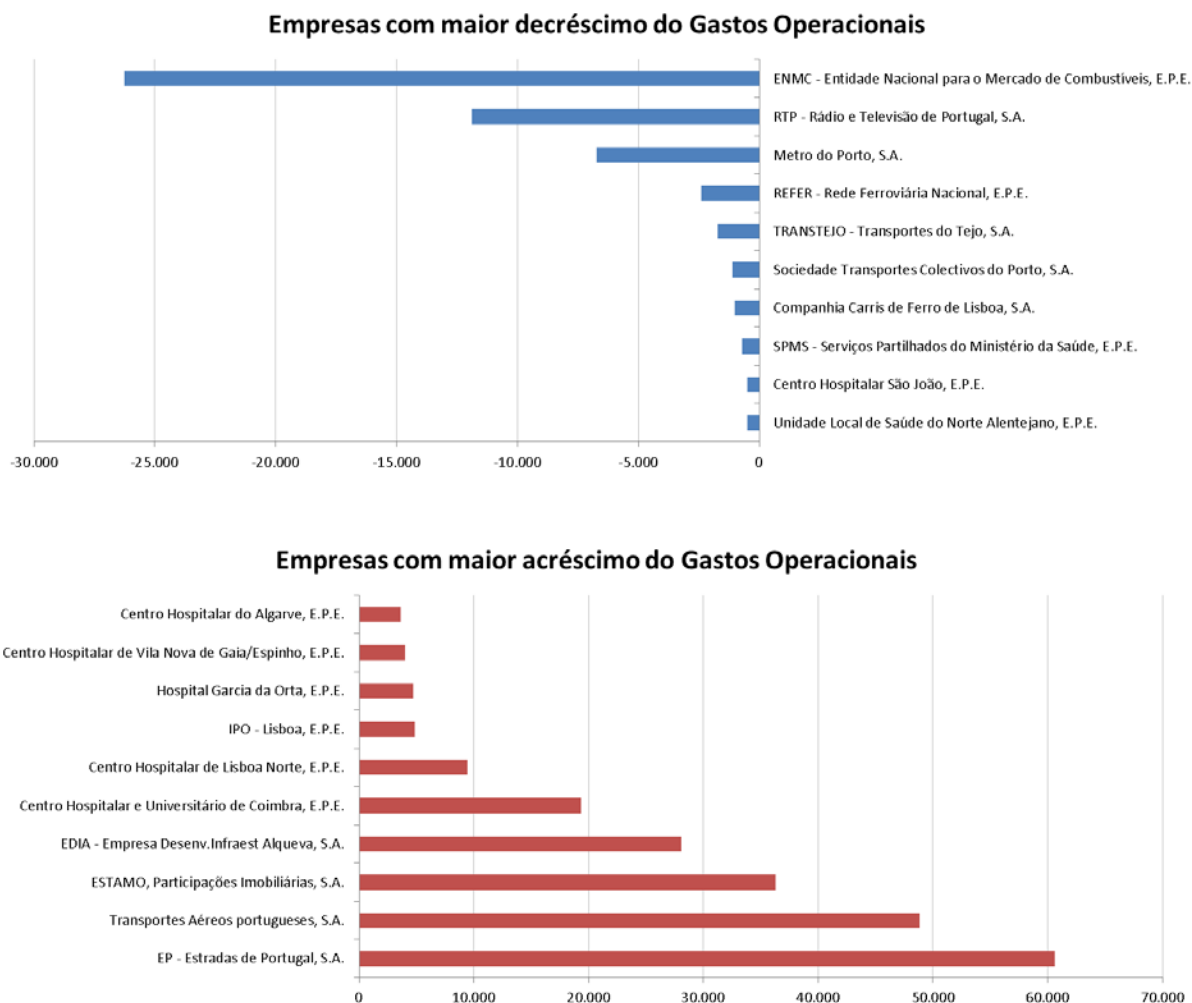
¹⁰ Note-se que o valor dos Gastos Operacionais é da mesma ordem do valor dos Volume de Negócios. Neste sentido, a similitude dos acréscimos de ambas as rubricas pode ser explicada pela forte correlação de 0,96. Esta afirmação é corroborada pela análise da regressão linear do Volume de Negócios nos Gastos Operacionais, uma vez que o coeficiente da referida regressão não é significativamente diferente de 1.

bem como um aumento de cerca de 21 milhões de euros com Gastos com Pessoal; no caso dos *Transportes e armazenagem*, o aumento teve maior expressão ao nível dos FSE e dos Gastos com Pessoal, não obstante a diminuição verificada no Volume de Negócios.

A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita dos Gastos Operacionais no primeiro semestre de 2015, face ao período homólogo.

Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais

Unidade: Milhares de euros



Fonte: SiRIEF

A ENMC reduziu os seus Gastos Operacionais em 26 milhões de euros em resultado da diminuição dos custos previstos com armazenagem, na sequência da venda de parte do inventário em 2014 e da renegociação dos contratos com a Petrolgal, e com a redução do custo associado à aquisição de *tickets*¹¹. Isto apesar do acréscimo registado ao nível dos custos com pessoal, devido ao aumento do quadro de pessoal associado às novas unidades de negócio da competência da ENMC.

¹¹ Contratos de manutenção à ordem da ENMC de produtos de petróleo ou de petróleo que são propriedade de terceiros.

A RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (RTP) apresentou uma redução dos seus Gastos Operacionais de cerca de 12 milhões de euros face ao período homólogo, decorrente da diminuição dos custos dos programas emitidos e dos direitos adquiridos e licenciados a terceiros.

Entre as razões que levaram ao aumento dos Gastos Operacionais da TAP destacam-se as seguintes: i) o aumento dos CMVMC em aproximadamente 8 milhões de euros, associado a um maior número de trabalhos de manutenção para a frota TAP e para terceiros; ii) o aumento dos FSE em aproximadamente 33 milhões de euros, relacionado com gastos de conservação e reparação de material da frota TAP e de terceiros e com outros custos operacionais decorrentes de irregularidades com os voos, de taxas de aterragem e de navegação, de deslocações e estadias do pessoal navegante e da assistência por terceiros; iii) o aumento dos Gastos com Pessoal em aproximadamente 8 milhões de euros, decorrente da evolução desfavorável das remunerações fixas, dos encargos sobre remunerações, dos prémios para pensões e das remunerações e subsídios atribuídos ao pessoal navegante.

A ESTAMO aumentou os seus gastos operacionais em cerca de 36 milhões de euros por força dos CMVMC, em linha com o aumento descrito para o Volume de Negócios. Esta evolução era expectável, uma vez que os CMVMC decorrem exclusivamente da alienação de imóveis que estão registados em existências. Excluindo este efeito, os restantes Gastos Operacionais no primeiro semestre de 2015 seriam inferiores em 519 mil euros face ao período homólogo.

O detalhe das rubricas que compõem os Gastos Operacionais por setor de atividade pode ser consultado nas Tabelas 20 a 22 do Anexo B.

Adicionalmente, e considerando que as diversas empresas operam em escalas diferentes, procedeu-se à análise do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios.

Tabela 7 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade

Setor	Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios		
	T2 2015	T2 2014	Variação
Cultura	3,627	4,041	-0,414
Gestoras de Património	3,351	7,269	-3,918
Comunicação	0,857	0,933	-0,075
Saúde	1,081	1,087	-0,005
Empresas Financeiras	1,192	1,092	0,099
Empresas Imobiliárias	0,774	0,709	0,065
Administração Pública	0,325	0,479	-0,154
Agricultura e Pescas	1,104	1,123	-0,019
Construção	6,919	4,906	2,013
Indústrias transformadoras	0,701	0,660	0,041
Transportes e armazenagem	0,889	0,888	0,001
Total	0,977	0,976	0,001

O peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios no primeiro semestre de 2015 foi superior em 0,1 pontos percentuais (p.p.) ao registado no mesmo período em 2014. Seis dos setores em análise apresentaram Gastos Operacionais superiores ao respetivo Volume de Negócios.

Destaca-se o setor da *Construção*, representado pela EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA), cujos Gastos Operacionais no primeiro semestre de 2015 superam em cerca de sete vezes o respetivo Volume de Negócios, revelando um aumento significativo face ao período homólogo. Esta evolução resulta essencialmente de dois fatores: a adjudicação de novas empreitadas, que visam concluir a primeira fase do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva e que, por força das normas contabilísticas adotadas desde 2011, são registados em FSE em vez de em investimento; e o aumento dos perímetros de rega em exploração.

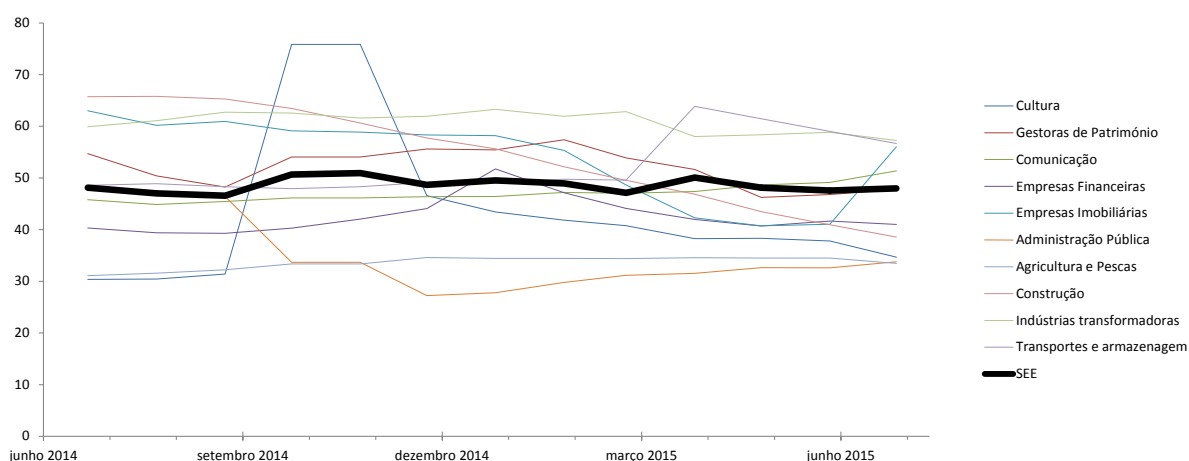
No caso do setor da *Cultura*, o elevado peso dos gastos operacionais no Volume de Negócios justifica-se pelo facto de a estrutura de gastos das empresas deste setor ser tipicamente financiada através de fundos que incluem não só as vendas e serviços prestados, contabilizados como Volume de Negócios, como também subsídios atribuídos pelo Estado.

Por fim, no caso das *Gestoras de Património*, setor onde detêm um peso considerável a Parque Expo 98, S.A., sociedade em processo de liquidação, e as sociedades PARUPS, S.A. (PARUPS) e PARVALOREM, S.A. (PARVALOREM), constituídas com o objetivo de recuperar a carteira de créditos e o património adquiridos no âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A., é importante referir a elevada imprevisibilidade das condições de alienação dos seus ativos e a dificuldade em encontrar potenciais compradores, cujas propostas de compra permitam compensar neste semestre a totalidade dos encargos suportados com estes ativos que incluem despesas judiciais, custos de manutenção e reparação, custos processuais e comissões de intermediação imobiliária, entre outros.

3.6. Prazo Médio de Pagamentos

A figura seguinte ilustra a evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) no período compreendido entre junho de 2014 e junho de 2015, por setor de atividade. De notar que o setor da *Saúde* apenas disponibilizou no SiRIEF dados relativos ao PMP a partir de dezembro de 2014, razão pela qual este setor foi excluído da análise. Relativamente aos restantes setores, foram consideradas apenas as empresas que inseriram em SiRIEF os PMP relativos ao período considerado, o que constitui um conjunto de 47 empresas.

Figura 6 – Evolução do PMP por setor de atividade (janeiro 2014 – março 2015)



Fonte: SiRIEF

O setor da *Agricultura e Pescas* tem registado PMP reduzidos (média de 34 dias) e estáveis ao longo do período em análise. Desde novembro de 2014, a *Administração Pública* tornou-se o setor de atividade económica com menor PMP (valor mínimo de 27 dias em novembro de 2014).

Procede-se de seguida a uma análise mais detalhada da evolução dos PMP durante o primeiro semestre de 2015.

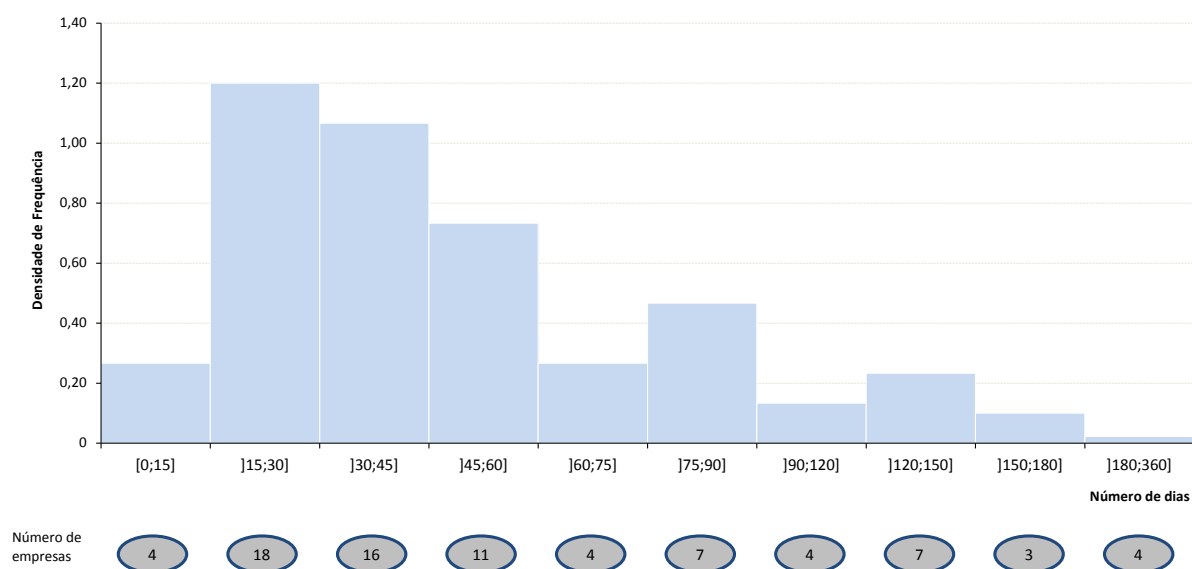
Tabela 8 – PMP por setor de atividade (dezembro 2014 e junho 2015)

Setor	Unidade: dias		
	dezembro 2014	junho 2015	Variação
Cultura	43	35	-8
Gestoras de Património	55	48	-7
Comunicação	46	51	5
Empresas Financeiras	52	41	-11
Empresas Imobiliárias	58	56	-2
Administração Pública	28	34	6
Agricultura e Pescas	34	33	-1
Construção	56	39	-17
Indústrias transformadoras	63	57	-6
Transportes e armazenagem	49	57	8
Todos os setores	50	48	-2

Todos os setores de atividade, à exceção dos *Transportes e armazenagem*, da *Administração Pública* e da *Comunicação*, diminuíram o seu PMP. Os maiores decréscimos verificaram-se nos setores da *Construção* (17 dias) e das *Gestoras de Património* (11 dias). Os setores dos *Transportes e Armazenagem* e das *Indústrias Transformadoras* registaram o PMP mais elevado do segundo trimestre do ano de 2015, com uma média de 57 dias. Em termos globais, o prazo médio de pagamentos das empresas públicas decresceu de 50 dias no final de 2014 para 48 dias no final do primeiro semestre de 2015.

A figura seguinte caracteriza a distribuição do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) em junho de 2015. Sublinhe-se que foram consideradas nesta análise todas as empresas que inseriram em SiRIEF os PMP relativos ao mês de junho de 2015, num total de 78 empresas, o que representa um conjunto maior do que o considerado nas tabelas anteriores.

Figura 7 – Distribuição do PMP em junho de 2015



Fonte: SiRIEF

Das 78 empresas públicas consideradas, 22 tem um PMP inferior a um mês. A distribuição apresenta um enviesamento positivo, uma vez que cerca de 73% das empresas apresentam um PMP inferior à média de 82 dias registada no mês de junho.

4 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2015

Nesta secção verifica-se se os resultados obtidos pelas empresas no primeiro semestre de 2015 indiciam o cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2015. Os objetivos de gestão definidos para 2015, apresentados na tabela seguinte, têm por base as instruções da DGTF para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o corrente ano.

Deve contudo salientar-se que tais indicações são referentes a objetivos a cumprir até ao final do exercício. Como tal, ajustou-se o limite anual de 3% definido nas instruções para o aumento do Endividamento para um limite semestral de aproximadamente 1,49%. O valor semestral foi calculado de acordo com um pressuposto de aumento do Endividamento a uma taxa constante ao longo dos dois semestres do ano¹².

Tabela 9 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão

Indicador		Objetivo
(1)	Endividamento ¹³	O aumento do endividamento durante o primeiro semestre deve ser inferior a 1,49%.
(2)	EBITDA	As empresas com EBITDA negativo no primeiro semestre de 2014 devem apresentar um EBITDA nulo ou positivo.
		As empresas com EBITDA positivo no primeiro semestre de 2014 devem apresentar um EBITDA superior a este.
(3)	Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios	O peso dos Gastos Operacionais das empresas face ao respetivo Volume de Negócios deve ser reduzido face ao rácio apresentado no primeiro semestre de 2014.
(4)	Prazo Médio de Pagamentos	Para empresas com PMP superior ou igual a 45 dias em 2014: Redução do PMP superior a 25% do valor em 2014 (cumprimento excecional) ou entre 15% e 25% (cumprimento).
		Para empresas com PMP inferior a 45 dias em 2014: Redução do PMP para um valor inferior a 30 dias (cumprimento excecional) ou entre 30 e 40 dias (cumprimento).

É seguidamente apresentada a tabela com o número de empresas que cumprem os objetivos supramencionados no primeiro trimestre.

¹² De notar que $(1 + r)^2 = 1,03$ (sendo r a taxa considerada para o semestre) pelo que $r = 0,0149$.

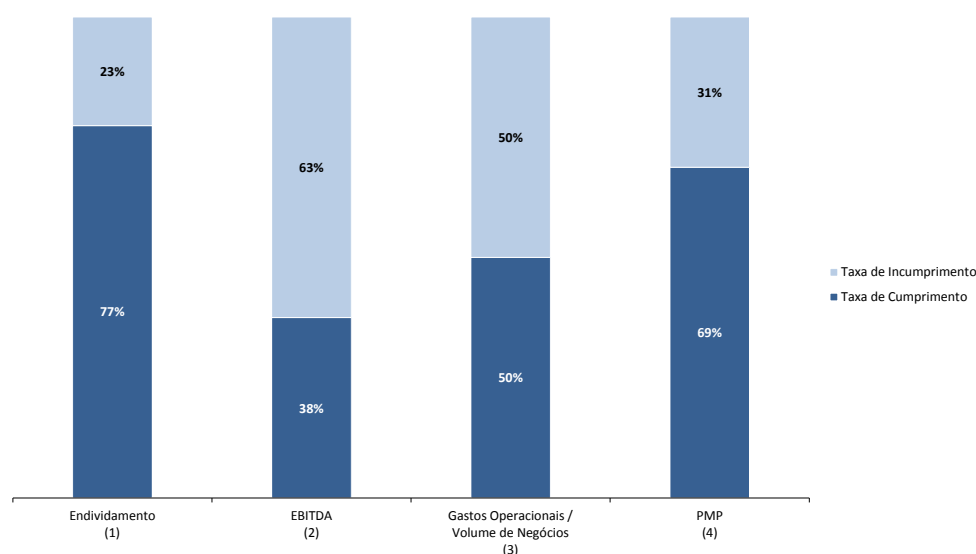
¹³ À semelhança do referido na secção anterior entende-se por Endividamento a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.

Tabela 10 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão no primeiro trimestre de 2015

		Objetivo			
		(1)	(2)	(3)	(4)
Nº de empresas ¹⁴	Excedem				24
	Cumprem	24	27	32	9
	Não Cumprem	7	45	32	15
Taxa	Cumprimento	77%	38%	50%	69%
	Incumprimento	23%	63%	50%	31%

Fonte: SiRIEF

A figura seguinte ilustra o cumprimento dos objetivos anteriormente apresentados.

Figura 8 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2015


Fonte: SiRIEF

Constata-se que o maior grau de incumprimento ocorre nos objetivos (2) e (3), ou seja, no que diz respeito aos objetivos de aumento do EBITDA e de diminuição do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios. Por outro lado, 77% das empresas públicas cumpriram o objetivo relativo ao nível de Endividamento e 69% cumpriram o objetivo de redução do Prazo Médio de Pagamentos.

¹⁴ O número de empresas avaliadas em cada objetivo difere, uma vez que cada empresa está sujeita a diferentes objetivos de gestão, consoante os seus resultados em 2014.

5 ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Nesta secção procedeu-se à análise do desempenho financeiro das empresas públicas durante o primeiro semestre de 2015, através de indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento. Recorreu-se, sempre que possível, à utilização de rácios financeiros, por forma a promover uma maior comparabilidade entre setores.

Recorde-se que, para efeitos de comparação face ao ano anterior, considerou-se como período de referência o primeiro semestre de 2014 para análise de indicadores da Demonstração de Resultados e o final do exercício de 2014 para a análise de indicadores do Balanço.

5.1. Liquidez

A tabela seguinte apresenta indicadores que permitem avaliar os resultados gerados pelas empresas públicas no período em análise e a sua capacidade para satisfazer as suas obrigações de curto prazo. São apresentados os seguintes indicadores: *Cash Flow*¹⁵, Fundo de Maneio¹⁶ e Liquidez Geral¹⁷.

Tabela 11 – Indicadores de Liquidez por setor de atividade

Setor	<i>Cash Flow</i> (Milhares de euros)		Fundo de Maneio (Milhares de euros)		Liquidez Geral	
	T2 2015	T2 2014	T2 2015	T4 2014	T2 2015	T4 2014
Cultura	-21	386	-2.491	-1.688	0,764	0,807
Gestoras de Património	-90.301	-241.241	804.479	791.121	2,464	3,021
Comunicação	12.483	4.444	-164.429	-169.443	0,328	0,307
Saúde	-67.191	-48.812	-506.868	-436.288	0,917	0,934
Empresas Financeiras	119.572	-13.283	-572.014	-175.556	0,646	0,858
Empresas Imobiliárias	14.817	11.674	938.990	952.572	10,387	8,078
Administração Pública	83.768	55.508	399.610	386.124	3,238	3,048
Agricultura e Pescas	2.765	2.337	13.892	13.586	1,841	2,043
Construção	-919	18.749	228.436	266.544	4,936	5,187
Indústrias transformadoras	10.343	11.987	48.329	56.277	3,363	5,205
Transportes e armazenagem	1.154	-68.601	2.220.735	1.927.769	1,335	1,300
Total	86.469	-266.854	3.408.668	3.611.017	1,220	1,235

Fonte: SIRIEF

O *Cash Flow* é uma medida aproximada do montante de autofinanciamento gerado no exercício. No primeiro semestre de 2015, o *Cash Flow* realizado pelo total das empresas públicas foi de cerca de 86 milhões de euros. Este resultado reflete essencialmente a diminuição do valor negativo em cerca de 151 milhões de euros registadas no setor das

¹⁵ Cash Flow = Resultado Líquido + Depreciações + Amortizações + Provisões

¹⁶ Fundo de Maneio = Ativo Corrente – Passivo Corrente

¹⁷ Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente



Gestoras de Património e o ganho de 133 milhões de euros registadas no setor das *Empresas Financeiras*.

Em termos globais, o Fundo de Maneio foi de cerca de 3,4 mil milhões de euros para o total das empresas públicas, pelo que o Ativo Corrente superou o Passivo Corrente neste montante. Face ao último trimestre de 2014 verificou-se uma diminuição de liquidez de aproximadamente 203 milhões de euros. Destacam-se quatro setores com fundo de maneio negativo, sendo que o setor das *Empresas Financeiras* sofreu um agravamento significativo face ao último trimestre de 2014, no montante de 396 milhões de euros. Por outro lado, o setor dos *Transportes e armazenagem* registou um crescimento significativo do seu Fundo de Maneio, na ordem dos 293 milhões de euros.

Para facilitar a comparação entre setores, procedeu-se ao cálculo do rácio de Liquidez Geral, definido como o número de vezes em que o Ativo Corrente supera o Passivo Corrente. Assim, salientam-se as *Empresas imobiliárias* e a *Construção* como os setores com maior capacidade de reembolsar o seu Passivo Corrente utilizando o seu Ativo Corrente. Em comparação com o final de 2014, a maioria dos setores apresentou, no primeiro semestre de 2015, um decréscimo da sua Liquidez Geral, sendo o maior decréscimo observado no setor das *Indústrias Transformadoras*, representado pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A. (INCM).

5.2. Rentabilidade

A tabela seguinte apresenta rácios relevantes que permitem avaliar a rentabilidade das vendas e dos serviços prestados pelas empresas públicas e o retorno gerado para o acionista. São apresentados os seguintes indicadores: Margem Bruta¹⁸, Rentabilidade das Vendas¹⁹ e Rentabilidade do Capital Próprio²⁰.

Tabela 12 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade

Setor	Margem Bruta		Rentabilidade das Vendas		Rentabilidade do Capital Próprio	
	T2 2015	T2 2014	T2 2015	T2 2014	T2 2015	T2 2014
Cultura	0,996	0,997	0,052	0,133	0,027	-0,010
Gestoras de Património	-0,226	-0,379	-1,579	-12,602	0,010	0,011
Comunicação	0,681	0,572	0,095	0,070	0,024	-0,003
Saúde	0,611	0,622	-0,040	-0,033	-0,045	-0,045
Empresas Financeiras	-	-	0,161	0,394	0,001	-0,021
Empresas Imobiliárias	0,295	0,549	0,345	1,026	0,013	0,010
Administração Pública	-	-	1,171	0,534	0,050	0,012
Agricultura e Pescas	0,827	0,815	0,210	0,218	0,006	0,003
Construção	-	-	0,505	0,785	-	-
Indústrias transformadoras	0,702	0,728	0,317	0,376	0,103	0,080
Transportes e armazenagem	0,867	0,896	0,147	0,116	0,014	0,010
Total	0,738	0,760	0,091	0,066	0,008	-0,007

Fonte: SiRIEF

No primeiro semestre de 2015, a nível global, a margem bruta foi de cerca de 74% do valor das vendas, o que representa um decréscimo de 2,2 p.p. face ao período homólogo. Saliente-se que foram excluídas da análise deste indicador todas as empresas públicas que, pela natureza da sua atividade, não têm volume de negócios²¹ ou cujo CMVMC é igual a zero.

A nível setorial, refira-se que as *Gestoras de Património* têm uma Margem Bruta negativa devido essencialmente à natureza das sociedades PARUPS e PARVALOREM, cujas vendas se realizam por vezes com menos valias ou abaixo do custo de aquisição. Refira-se ainda que no setor das *Empresas Imobiliárias* se registou um decréscimo de 25 p.p. da sua Margem Bruta durante o primeiro semestre de 2015, face ao período homólogo.

A Rentabilidade das Vendas aumentou face ao semestre homólogo, de 6,6% para 9,1%. Os setores das *Gestoras de Património* e da *Saúde* registaram uma Rentabilidade das Vendas negativa. Refira-se contudo que, no caso das *Gestoras de Património*, a Rentabilidade das

¹⁸ Margem Bruta = (Vendas e Serviços Prestados – CMVMC) / Vendas e Serviços Prestados

¹⁹ Rentabilidade das Vendas = EBITDA / Vendas e Serviços Prestados

²⁰ Rentabilidade do Capital Próprio = Resultado Líquido / Capital Próprio

²¹ Define-se Volume de Negócios como a soma das vendas com os serviços prestados



Vendas aumentou muito significativamente durante o primeiro semestre de 2015, por força do aumento do Volume de Negócios da PARUPS e da PARVALOREM.

A *Administração Pública* apresentou uma Rentabilidade das Vendas de 117%, valor superior em 64 p.p. à registada no período homólogo. Estes valores refletem essencialmente a evolução do EBITDA e do Volume de Negócios da ENMC entre 2014 e 2015. No primeiro semestre de 2014, embora a ENMC tenha registado um Volume de Negócios elevado, a ocorrência de ajustamentos negativos no valor dos inventários, em função do preço dos combustíveis, afetou negativamente o EBITDA. Já no primeiro semestre de 2015, registou-se um volume de negócios inferior ao do período homólogo, mas o EBITDA foi influenciado por ajustamentos positivos no valor dos inventários. Atendendo a que a Rentabilidade das Vendas neste setor se revela um indicador muito permeável a variações no valor de mercado dos inventários da ENMC e a vendas realizadas pontualmente pela empresa para reposição das suas reservas, considera-se que este indicador não reflete adequadamente a Rentabilidade das Vendas neste setor, nem a sua comparabilidade em diferentes exercícios.

Em termos globais, a Rentabilidade do Capital Próprio melhorou de forma significativa face ao período homólogo, tornando-se positiva e atingindo os 0,8% em junho de 2015. Esta tendência registou-se em todos os setores, com exceção das *Gestoras de Património* cuja rentabilidade do capital próprio diminuiu assim como do setor da *Saúde*, cuja rentabilidade do capital se manteve face ao período homólogo. O setor das *Indústrias transformadoras* mantém-se como o setor que proporciona a maior rentabilidade, na ordem dos 10,3%, enquanto o setor da *Saúde* continua a ser o que proporciona uma rentabilidade mais baixa, na ordem dos -4,5%. O setor da *Administração Pública* destaca-se como o setor com maior aumento de rentabilidade do capital próprio, de 1,2% no final de 2014 para 5,0% em junho de 2015. Sublinhe-se que foram excluídas da análise da rentabilidade do capital próprio as empresas com capitais próprios negativos.

5.3. Endividamento

A tabela seguinte apresenta rácios que permitem avaliar o nível de endividamento das empresas públicas, a natureza desse endividamento e o respetivo custo incorrido. São apresentados os seguintes indicadores: Rácio de Endividamento²², Rácio de Endividamento Corrente²³ e Custo do Passivo Remunerado²⁴.

Tabela 13 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade

Setor	Rácio de Endividamento		Rácio de Endividamento Corrente		Custo do Passivo Remunerado	
	T2 2015	T4 2014	T2 2015	T4 2014	T2 2015	T2 2014
Cultura	0,558	0,492	0,507	0,436	0,062	0,066
Gestoras de Património	3,018	2,998	0,266	0,191	0,017	0,020
Comunicação	1,055	1,073	0,702	0,707	0,023	0,034
Saúde	0,896	0,895	0,889	0,889	0,537	0,008
Empresas Financeiras	0,587	0,603	0,149	0,115	0,008	0,026
Empresas Imobiliárias	0,297	0,332	0,063	0,082	0,020	0,026
Administração Pública	0,678	0,690	0,063	0,067	0,010	0,010
Agricultura e Pescas	0,367	0,338	0,216	0,179	-	-
Construção	1,708	1,664	0,088	0,090	0,004	0,007
Indústrias transformadoras	0,391	0,330	0,160	0,102	-	-
Transportes e armazenagem	1,002	1,026	0,175	0,173	0,023	0,022
Total	0,959	0,974	0,245	0,243	0,018	0,021

Fonte: SIRIEF

O Rácio de Endividamento diminuiu, em termos globais, no primeiro semestre de 2015, mantendo-se o total do Ativo superior ao total do Passivo. É de salientar o setor das *Gestoras de Património*, cujo total do Passivo é cerca de três vezes superior ao total do Ativo, traduzindo-se num Capital Próprio negativo. Adicionalmente, serão ainda de referir outros três setores com rácio de endividamento superior a um: *Construção*, *Comunicação* e *Transportes e armazenagem*. Em termos globais, e de acordo com o Rácio de Endividamento Corrente, o Passivo de curto prazo representa cerca de 25% do Ativo.

Verificou-se que o Custo do Passivo Remunerado para o primeiro semestre de 2015, indicativo da taxa de juro a que as empresas públicas se financiam, diminuiu face ao período homólogo para cerca de 1,8%, o que corresponde a uma taxa anual efetiva de 3,6%. Todos os setores, com exceção do setor da *Saúde*, mantiveram ou diminuíram o seu Custo do Passivo Remunerado. No caso da *Saúde*, o aumento significativo deste indicador justifica-se pela amortização da quase totalidade do seu passivo remunerado. Refira-se que este setor apresentava no início de 2015 um passivo remunerado de cerca de 1 milhão de euros e que durante o primeiro semestre de 2015 foi reduzido para 299 mil euros. Assim, a conjugação

²² Rácio de Endividamento = Passivo Total / Ativo Total

²³ Rácio de Endividamento Corrente = Passivo Corrente / Ativo Total

²⁴ Custo do Passivo Remunerado = Juros Suportados / Passivo Remunerado



do valor dos juros suportados durante o semestre com o montante em dívida no final do mesmo, leva a uma distorção do valor final deste rácio.

6 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Em 2009, foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) que visavam mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, onde se incluía a obrigação das empresas prestarem ao Ministério das Finanças e da Administração Pública informação relativa à contratação de instrumentos derivados.

Em 2011, considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adoção de tais instrumentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF), já contratados ou em projeto de contratação, pelo SEE, passando os novos IGRF a estar sujeitos a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP). O mesmo despacho exigia ainda que as empresas fornecessem à DGTF informação detalhada sobre os IGRF, juntamente com proposta de decisão adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura.

Em 2012, fruto da alteração dos estatutos do IGCP (aprovados pelo Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto), foi atribuída a esta agência a gestão dos IGRF contratados pelas Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), tendo sido igualmente estabelecida a necessidade das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR) submeterem aqueles instrumentos a parecer do IGCP.

No final de 2012, o Estado Português iniciou um processo de reestruturação e simplificação das carteiras de IGRF das empresas públicas, tendo-se chegado a acordo com vários bancos, contrapartes das empresas nestas operações, para o seu cancelamento antecipado.

Neste contexto, no segundo trimestre de 2015 procedeu-se à reestruturação de um IGRF contratado entre o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Metropolitano de Lisboa) e o Citigroup. A reestruturação consistiu na venda de opções sobre um índice proprietário (que já praticamente não tinham valor intrínseco, apenas valor temporal), conseguindo-se uma pequena redução da taxa fixa a pagar pela empresa, de 0,055%.

Neste período foi também registada uma redução do número de IGRF de curto prazo contratados pela TAP – utilizados para cobertura do preço de *jet fuel* –, uma vez que três contratos atingiram a maturidade.

Assim, a 30 de junho de 2015 existiam 35 IGRF nas carteiras de nove empresas públicas, repartidas por três setores de atividade, com um valor contratual agregado de 1.659,6 milhões de euros e um valor de mercado negativo próximo de 394,8 milhões de euros. Este conjunto não inclui nove IGRF com estruturas do tipo *snowball*, contratados junto do Banco

Santander Totta, que estão a ter a sua validade discutida nos tribunais ingleses, em processos propostos pelo banco²⁵.

A tabela seguinte caracteriza os IGRF agregados por empresa (excluindo os nove derivados Banco Santander Totta) quanto ao valor contratual e ao valor de mercado destas operações.

Tabela 14 – Valor dos IGRF por setor de atividade

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.06.2015

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	MtM ²⁶
APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A. ²⁷	1	9.675	-1.543
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	2	134.400	-22.723
Comboios de Portugal, E.P.E.	1	75.000	-2.542
Metro do Porto, S.A.	2	101.803	-20.457
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	16	625.202	-126.205
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	4	59.237	-2.664
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	1	27.500	-2.598
Subtotal Transportes e armazenagem	27	1.032.817	-178.731
ADP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	4	170.000	-29.995
Subtotal Empresas Financeiras	4	170.000	-29.995
PARPÚBLICA - Participações Públicas SGPS, S.A. ²⁸	4	456.764	-186.108
Total	35	1.659.581	-394.833

Fonte: IGCP

No segundo trimestre, o resultado potencial da carteira de derivados do SEE (excluindo derivados Banco Santander Totta), ajustado pelos recebimentos/pagamentos de cupões, registou uma variação total próxima de 228,6 milhões de euros face ao trimestre anterior. Este resultado positivo decorre principalmente do aumento significativo das taxas *swap* do euro, depois de atingidos mínimos históricos em abril. Para a variação favorável do MtM dos IGRF no segundo trimestre de 2015 contribuíram sobretudo as seguintes operações: i) *receiver swaptions* do Metropolitano de Lisboa. com uma variação de 112,6 milhões de euros; ii) *swaps* de taxa de juro simples da Parpública com uma variação de +54,4 milhões de

²⁵ Mais concretamente, e face ao comunicado da Senhora Secretária de Estado do Tesouro de 26 de abril 2013, o Banco Santander Totta propôs num tribunal inglês um conjunto de ações de simples apreciação, nos termos das quais o banco requer o reconhecimento da validade dos contratos em causa.

²⁶ De acordo com a valorização das contrapartes, reportada pelas empresas, com exceção de um derivado da Parpública, da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. e do Metro do Porto, cuja fonte é a valorização do IGCP.

²⁷ Derivado *embedded* num contrato de mútuo.

²⁸ Inclui uma *embedded put* das obrigações convertíveis sobre ações da GALP.

euros; iii) *swaps* de *jet fuel* da TAP com uma variação próxima de 38,4 milhões de euros, decorrente essencialmente do vencimento de 3 operações com valor de mercado negativo.

A tabela seguinte apresenta a variação do valor de mercado dos IGRF agregados por empresa (excluindo os nove derivados Banco Santander Totta), entre o primeiro e o segundo trimestre de 2015.

Tabela 15 – Variação dos IGRF, por setor de atividade

Unidade: milhares de euros

Empresa	MtM T2 2015 ²⁹	MtM T1 2015 ²⁴	Cash Flow T2 2015	Variação ³⁰
ADP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	-29.995	-30.479	-603	-119
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	-1.543	-1.913	-361	8
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-22.723	-24.688	-1.934	31
Comboios de Portugal, E.P.E.	-2.542	-3.775	-1.226	7
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-126.205	-238.834	-569	112.061
Metro do Porto, S.A.	-20.457	-25.778	-1.746	3.574
PARPÚBLICA - Participações Públicas SGPS, S.A.	-186.108	-267.205	-6.421	74.677
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	-2.664	-41.178	-136	38.378
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	-2.598	-2.607	0	10
Total Geral	-394.833	-636.458	-12.998	228.627

Fonte: IGCP

A análise da sensibilidade destes IGRF à variação das taxas de juro, apresentada na tabela seguinte, revela que uma variação paralela positiva de 1 p.p. nas curvas de rendimentos do euro e do dólar (curvas *swap*) teria um impacto favorável de cerca de 142 milhões de euros no valor da carteira dos IGRF, enquanto uma variação negativa de 1 p.p. provocaria um agravamento de 216 milhões de euros. Por comparação com o trimestre anterior, a sensibilidade do valor de mercado a um choque positivo de 1 p.p. nas taxas de juro diminuiu cerca de 4%. Por sua vez, a sensibilidade a um choque negativo de 1 p.p. diminuiu 20%, dado que, de uma forma geral, as opções ficaram menos *in-the-money*.

²⁹ De acordo com a valorização das contrapartes, reportada pelas empresas, com exceção de um derivado da Parpública, da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. e do Metro do Porto, cuja fonte é a valorização do IGCP.

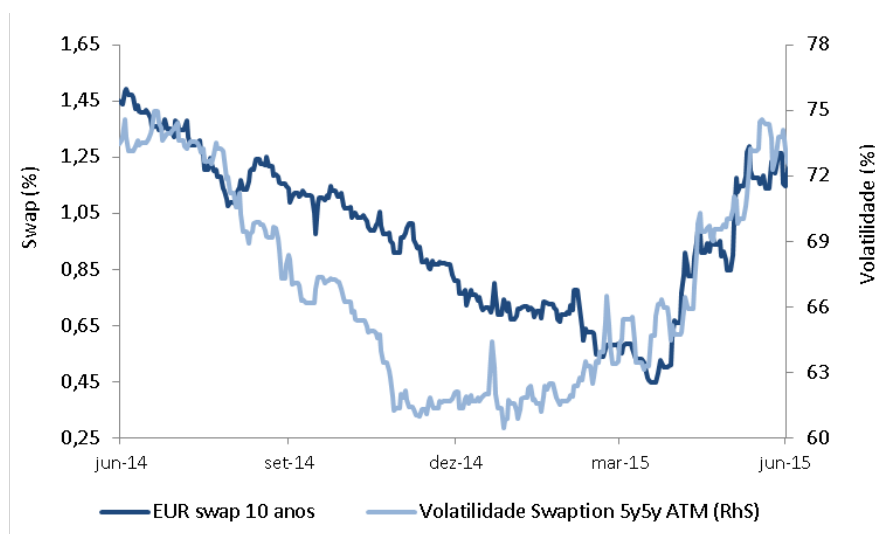
³⁰ A variação é obtida através da soma da variação do MtM durante o primeiro trimestre de 2015 e dos Cash Flows do mesmo período.

Tabela 16 – Análise de sensibilidade a choque das curvas *swap* EUR e USD

Unidade: milhares de euros, reportados a 30.06.2015

Empresa	Nº Operações	MtM ³¹	+1p.p.	-1p.p.
ADP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	4	-29.995	5.735	-6.651
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	1	-1.543	15.265	-18.240
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	2	-22.723	528	-543
Comboios de Portugal, E.P.E.	1	-2.542	391	-398
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	16	-126.205	62.336	-121.750
Metro do Porto, S.A.	2	-20.457	7.398	-8.154
PARPÚBLICA - Participações Públicas SGPS, S.A.	4	-186.108	49.967	-59.453
Transportes Aéreos portugueses, S.A.	4	-2.664	408	-426
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	1	-2.598	434	-444
Total	35	-394.833	142.463	-216.058

Por último, apresenta-se de seguida a evolução da taxa *swap* do euro a 10 anos e da volatilidade de uma *swaption* 5y5y *at-the-money*³² (ATM), procurando-se com estes dois indicadores evidenciar as alterações de mercado nos últimos meses.

Figura 9 – Evolução de taxa *swap* EUR a 10 anos e de *swaption* 5y5y ATM


Fonte: IGCP

³¹ De acordo com a valorização das contrapartes, reportada pelas empresas, com exceção de um derivado da Parpública, da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. e do Metro do Porto, cuja fonte é a valorização do IGCP.

³² Representa a volatilidade implícita no preço de uma opção com vencimento daqui a 5 anos para entrar num *swap* de taxa fixa com maturidade de 5 anos ao nível previsto pela *forward* atual. Atendendo ao facto de haver derivativos nas carteiras das empresas públicas com *caps* de curto prazo e outros com *swaptions* de longo prazo, considera-se que a *swaption* 5y5y é um bom indicador para medir a evolução do nível geral da volatilidade.

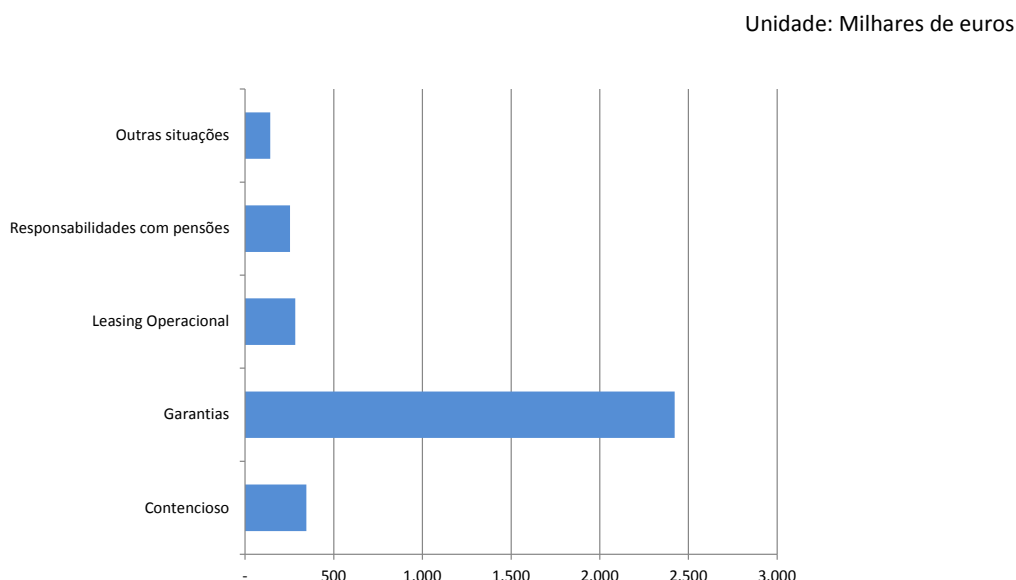
7 RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

A informação recolhida junto das empresas do SEE teve em consideração a definição de “Responsabilidade Contingente” comumente aceite e coerente com as normas de contabilidade do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), presentemente em vigor.

As empresas analisadas reportaram, à data de 30 de junho de 2015, 522 situações com responsabilidades contingentes associadas, correspondendo a um total de 3,4 mil milhões de euros, o que representa um acréscimo de cerca de 1,5% face ao montante de operações reportado no final de 2014.

A maioria das responsabilidades contingentes, no valor de cerca de 2,8 mil milhões de euros (80,8% do total), dizem respeito a três empresas: a ADP – Águas de Portugal SGPS, S.A. (ADP) (com 55,8%), a TAP (com 14,2%) e o Metropolitano de Lisboa (com 10,9%).

Figura 10 – Responsabilidades Contingentes por tipologia



Fonte: DGTF

No que respeita à tipologia das Responsabilidades Contingentes, cerca de 2,2 mil milhões de euros (70,3%) dizem respeito a garantias. A desagregação das garantias concedidas por setor revela uma elevada concentração nas *Empresas Financeiras*, com particular destaque para a ADP (sob a forma, nomeadamente, de fianças, garantias e cartas de conforto).

A segunda tipologia com maior destaque é o Contencioso, que representa 346 milhões de euros (10,0%). As empresas que apresentam maior montante no que respeita a esta categoria são o Metropolitano de Lisboa e a TAP, devido a contingências tributárias e a processos relacionados com expropriações, resultantes da realização de investimentos em infraestruturas de longa duração.



Destaque-se ainda o *leasing* operacional, que totaliza cerca de 283 milhões de euros (8,2%) e que se encontra concentrado no setor dos *Transportes e Armazenagem*, nomeadamente na TAP, uma vez que a aquisição de algumas aeronaves é feita com recurso a este instrumento financeiro.

As responsabilidades com pensões, conforme o reporte das empresas, concentram-se no setor dos *Transportes e Armazenagem*.

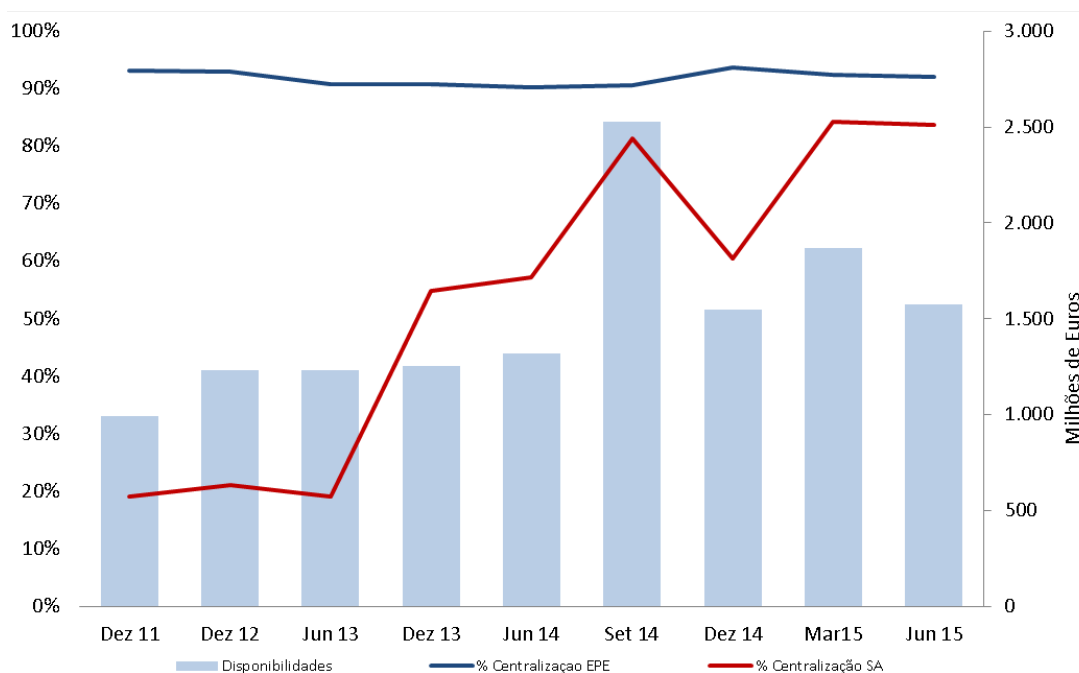
Por fim refira-se que 83,8% das ocorrências não têm um horizonte temporal definido para a sua resolução, uma vez que se encontram pendentes de resolução de processos em contencioso.

8 UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 determinou a obrigatoriedade de todas as EPNF, Sociedades Anónimas (S.A.) ou Entidades Públicas Empresariais (E.P.E.), manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP. Esta orientação foi concretizada no final de 2010, mantendo-se em vigor desde então através de normas orçamentais. Salienta-se o facto de as E.P.E. estarem já obrigadas ao cumprimento do Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE) desde 2005. Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial as empresas passaram a estar obrigadas ao cumprimento do Princípio da UTE e à divulgação de informação adicional junto da DGTF.

A figura seguinte apresenta o total de disponibilidades e aplicações financeiras das empresas públicas³³ junto do IGCP desde dezembro de 2011.

Figura 11 – Centralização das disponibilidades por tipo de empresa



Fonte: SiRIEF

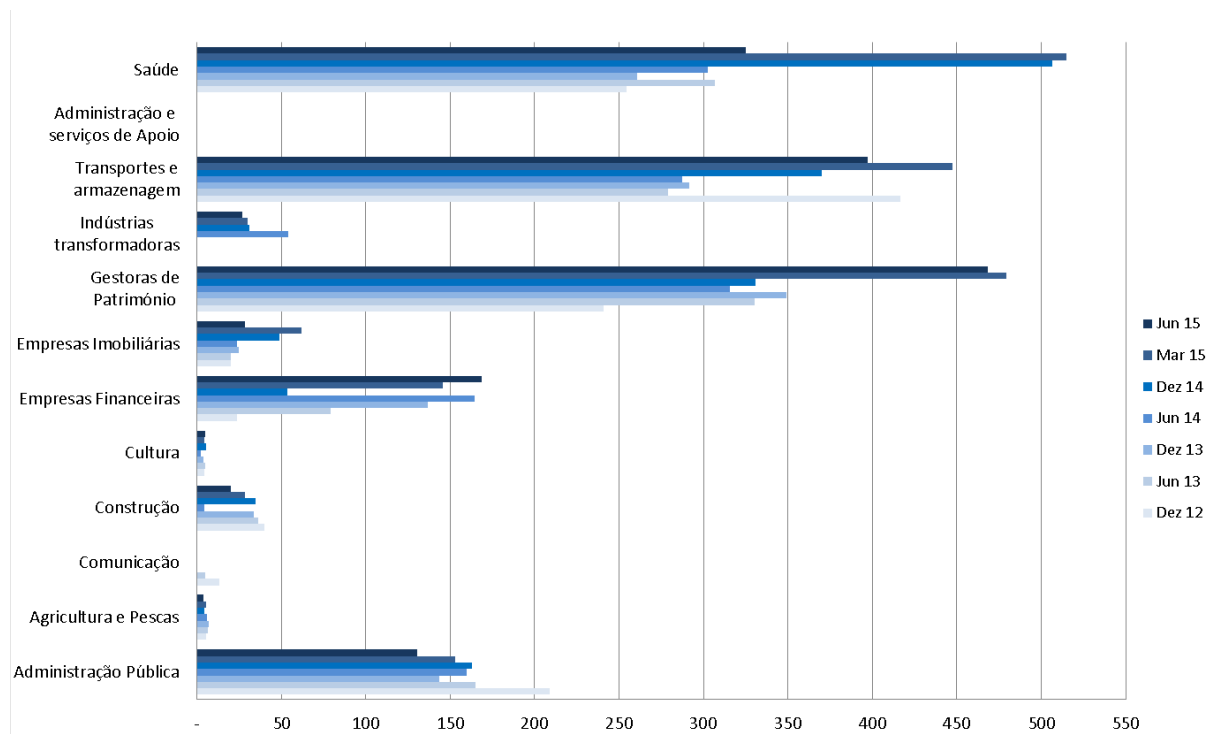
No segundo trimestre de 2015, as S.A. apresentaram uma taxa de centralização que ronda os 83,7%, tendo aumentado face aos 60,4% registados no quarto trimestre de 2014. Por outro lado, as E.P.E. registaram uma taxa de centralização que ronda os 92,1%, representando neste caso uma diminuição face aos 93,8% registados no quarto trimestre de 2014.

³³ Não se incluem nesta secção as empresas que, na sequência de operações de privatização ou de fusão, extinção de atividade, entre outros, deixaram de estar obrigadas a divulgar informação sobre as suas disponibilidades financeiras à DGTF.

A nível setorial, os setores das *Gestoras de Património* e dos *Transportes e Armazenagem* assumem particular relevância, representando respetivamente cerca de 30% e 25% fundos centralizados no IGCP.

Figura 12 – Fundos centralizados no IGCP por setor de atividade³⁴

Unidade: Milhões de euros



Fonte: SiRIEF

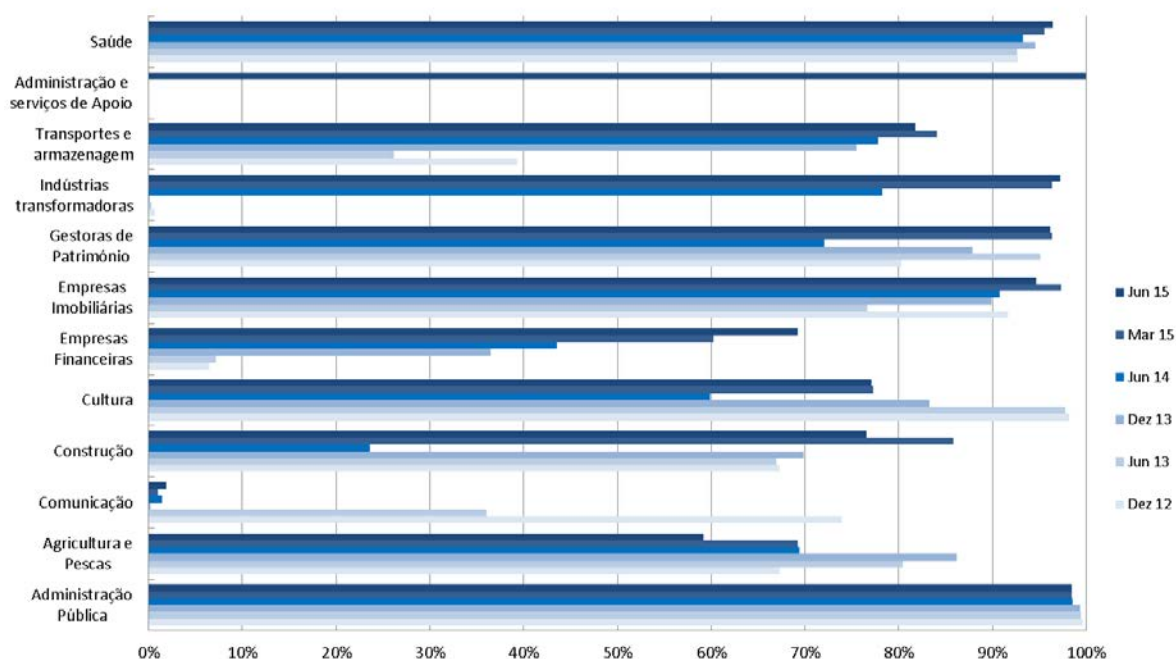
Destaca-se ainda o aumento da taxa de centralização de fundos das empresas pertencentes ao setor das *Empresas Financeiras*, de 25% no final de 2014 para 69% no final do segundo trimestre de 2015, igualmente acompanhada em termos absolutos por um aumento das disponibilidades depositadas no IGCP. Por outro lado, o setor da *Construção* registou uma diminuição significativa da taxa de centralização de fundos no IGCP, de 92% no final de 2014 para 77% no final do segundo trimestre de 2015.

Os setores da Administração Pública, das Empresas Imobiliárias, das Gestoras de Património, das Indústrias Transformadoras e da Saúde apresentam uma taxa de centralização de fundos no IGCP superior a 95%, tal como se pode observar na figura seguinte.

³⁴ O setor da *Administração e Serviços de Apoio*, constituído pela Sagesecur – Sociedade de estudos, desenvolvimento e participação em projetos, S.A., consta da informação disponibilizada pela DGTF à UTAM no que respeita à centralização de fundos no IGCP. Uma vez que para as restantes secções não foi disponibilizada informação pelas empresas o setor em questão apenas figura na presente secção.

Figura 13 – Centralização de disponibilidades por setor de atividade

% Disponibilidades no IGCP



Fonte: SIREF



ANEXOS

A. EMPRESAS CONSIDERADAS

Cultura

Circuito do Estoril, S.A.

OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.*

Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.

Teatro Nacional S. João, E.P.E.*

Gestoras de Património

EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.

Parque Expo 98, S.A. * †

PARUPS, S.A.*

PARVALOREM, S.A.*

Polis Litoral Ria Aveiro, S.A.*

Polis Litoral Ria Formosa, S.A.*

Polis Litoral Sudoeste, S.A.*

SIMAB - Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.

Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.*

Comunicação

Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.*

Saúde

Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.*

Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.*

Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.*

Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.*

Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.*

Centro Hospitalar São João, E.P.E.*

Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.*

Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.*

Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.*

Hospital Garcia da Orta, E.P.E.*

Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.*

Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.*

IPO - Lisboa, E.P.E.*

IPO - Porto, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.*

Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.*

Empresas Financeiras

ADP - Águas de Portugal SGPS, S.A.

Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A. * †

Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.

Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.

Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

SAGESTAMO - Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A.*

Empresas Imobiliárias

Baía do Tejo, S.A.

Estamo - Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.*

Lazer e Floresta, S.A.

Administração Pública

ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.*

Parque Escolar, E.P.E.*

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.*

VianaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis Viana do Castelo, S.A. *

Agricultura e Pescas

Companhia das Lezírias, S.A.

Docapesca - Portos e Lotas, S.A.

Construção

EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A.*

Indústrias transformadoras

Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.

Transportes e armazenagem

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.

EP – Estradas de Portugal, S.A.*

Metro do Mondego, S.A.*

Metro do Porto, S.A.*

Metropolitano de Lisboa, E.P.P.*

Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.

Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.

REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.*

Transportes Aéreos portugueses, S.A.

TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.*

* Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

† Empresas Públicas em Liquidação

**Alterações face ao Boletim Informativo do 1.º Trimestre³⁵****Entradas**

Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.
Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.

Saídas

APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.
Centro Hospitalar do Alto Ave, E.P.E.
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.
Consest - Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.
CP - Caminhos de Ferro Portugueses E.P.E.
IPO - Coimbra, E.P.E.
Polis Litoral Norte, S.A.
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.

³⁵ Empresas que passam a figurar no Boletim por reunirem a totalidade da informação necessária para análise e empresas que deixam de figurar no Boletim por não reunirem a totalidade da informação referida a 31 de agosto de 2015.

B. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Tabela 17 – Resultado Líquido por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014	Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Cultura	-268	-435	167	38%	-65	-202	-309%
Circuito do Estoril, S.A.	327	37	290	791%	-98	425	433%
OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.	-605	-217	-388	-179%	45	-650	-1444%
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	-189	-255	66	26%	-207	18	9%
Teatro Nacional S. João, E.P.E.	200	0	200	0%	194	5	3%
Gestoras de Património	-90.491	-98.172	7.681	8%	-120.375	29.884	25%
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	274	162	112	70%	315	-41	-13%
Parque Expo 98, S.A.	-2.520	-1.849	-672	-36%	-4.612	2.092	45%
PARUPS, S.A.	-23.047	-27.218	4.171	15%	-32.824	9.777	30%
PARVALOREM, S.A.	-65.817	-70.606	4.789	7%	-84.154	18.336	22%
Polis Litoral Ria Aveiro, S.A.	-0	0	-0	0%	0	0	-100%
Polis Litoral Ria Formosa, S.A.	0	0	-0	-8%	0	0	-25%
Polis Litoral Sudoeste, S.A.	0	0	0	0%	0	0	-57%
SIMAB - Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	1.755	2.291	-536	-23%	1.779	-24	-1%
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	-1.136	-952	-184	-19%	-879	-257	-29%
Comunicação	5.006	253	4.753	1878%	1.028	3.978	387%
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.	131	-217	348	161%	-21	152	725%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	4.875	470	4.405	937%	1.049	3.826	365%
Saúde	-118.070	164.739	-282.809	-172%	-103.658	-14.412	-14%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	-6.998	-2.957	-4.041	-137%	-5.291	-1.707	-32%
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	-1.276	-233	-1.044	-448%	-1.624	348	21%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	-1.451	456	-1.907	-418%	809	-2.260	-279%
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-12.118	-5.486	-6.631	-121%	-10.175	-1.942	-19%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	-39.281	-28.952	-10.329	-36%	-32.605	-6.675	-20%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-9.788	-3.286	-6.502	-198%	-11.504	1.715	15%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-4.156	-7.511	3.354	45%	-2.637	-1.519	-58%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-6.749	-2.625	-4.124	-157%	-2.383	-4.366	-183%
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.	8.919	145.406	-136.487	-94%	7.775	1.144	15%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-985	-282	-703	-249%	-1.658	672	41%
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-1.383	-3.191	1.808	57%	-9.192	7.809	85%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	-27.109	-4.688	-22.422	-478%	-17.673	-9.436	-53%
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	-183	-2.449	2.266	93%	-1.421	1.238	87%
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	1.310	-1.284	2.594	202%	-146	1.456	995%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	576	412	165	40%	106	471	445%



**Tabela 17 – Resultado Líquido por empresa (continuação)**

	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	1.087	-42	1.129	2708%	480	607	126%	
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	-2.595	79.524	-82.120	-103%	-1.591	-1.004	-63%	
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	341	848	-507	-60%	-11.250	11.591	103%	
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	-11.183	-2.780	-8.403	-302%	-4.327	-6.856	-158%	
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	-593	9.980	-10.573	-106%	-165	-428	-259%	
IPO - Lisboa, E.P.E.	-4.074	-2.570	-1.504	-59%	-5.868	1.795	31%	
IPO - Porto, E.P.E.	1.297	-2.803	4.100	146%	872	425	49%	
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	-515	447	-962	-215%	124	-639	-514%	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-3.199	-1.001	-2.198	-220%	175	-3.374	-1931%	
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	1.767	822	945	115%	5.065	-3.298	-65%	
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	268	-1.016	1.284	126%	446	-177	-40%	
Empresas Financeiras	4.722	58.556	-53.834	-92%	-97.957	102.679	105%	
ADP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	45.029	126.010	-80.981	-64%	48.103	-3.074	-6%	
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	-649	1.267	-1.916	-151%	-925	276	30%	
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	126	82	44	54%	88	38	43%	
Parpública -Participações Públicas SGPS, S.A.	-40.897	-69.159	28.261	41%	-147.413	106.516	72%	
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	1.238	302	936	310%	1.015	223	22%	
SAGESTAMO - Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A.	-125	54	-179	-332%	1.174	-1.299	-111%	
Atividades imobiliárias	14.335	12.172	2.163	18%	11.486	2.849	25%	
Baía do Tejo, S.A.	-106	41	-147	-362%	78	-184	-237%	
Estamo - Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	13.963	12.057	1.907	16%	11.395	2.569	23%	
Lazer e Floresta, S.A.	478	75	403	537%	14	464	3404%	
Administração Pública	46.075	29.292	16.783	57%	10.547	35.528	337%	
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.	35.397	-82	35.479	43358%	16.094	19.303	120%	
Parque Escolar, E.P.E.	2.164	29.016	-26.852	-93%	-7.442	9.606	129%	
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	8.514	357	8.156	2284%	1.895	6.619	349%	
VianaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis Viana do Castelo, S.A.	0	-0	0	100%	0	0	-100%	
Agricultura e Pescas	801	-106	907	856%	173	628	363%	
Companhia das Lezírias, S.A.	216	150	66	44%	115	101	88%	
Docapesca - Portos e Lotas, S.A.	585	-256	841	329%	58	527	910%	

**Tabela 17 – Resultado Líquido por empresa (continuação)**

	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Construção	-6.118	-10.882	4.763	44%	15.338	-21.457	-140%	
EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A.	-6.118	-10.882	4.763	44%	15.338	-21.457	-140%	
Indústrias transformadoras	8.056	12.539	-4.482	-36%	9.603	-1.547	-16%	
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	8.056	12.539	-4.482	-36%	9.603	-1.547	-16%	
Transportes e armazenagem	-295.686	-287.956	-7.730	-3%	-344.207	48.521	14%	
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.	1.071	-978	2.050	210%	1.212	-141	-12%	
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	5.961	5.692	269	5%	6.106	-144	-2%	
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	8.524	6.585	1.939	29%	6.030	2.494	41%	
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	2.237	1.623	614	38%	2.318	-82	-4%	
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-23.570	-18.278	-5.292	-29%	-28.275	4.705	17%	
EP - Estradas de Portugal SA	36.487	44.456	-7.969	-18%	3.453	33.034	957%	
Metro do Mondego, S.A.	-10	-752	742	99%	-12	2	15%	
Metro do Porto, S.A.	-126.027	-113.779	-12.248	-11%	-168.961	42.935	25%	
Metropolitano de Lisboa EPE	-27.852	-37.102	9.250	25%	-23.522	-4.330	-18%	
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.	2.186	2.254	-68	-3%	7.865	-5.679	-72%	
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-50.086	-82.208	32.122	39%	-48.704	-1.382	-3%	
REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.	-7.839	-14.859	7.020	47%	-30.901	23.062	75%	
Transportes Aéreos portugueses, S.A.	-109.580	-68.227	-41.353	-61%	-64.610	-44.969	-70%	
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	-7.189	-12.384	5.195	42%	-6.205	-983	-16%	
Total	-431.638	-120.000	-311.638	-260%	-618.088	186.450	30%	

Fonte: SiRIEF



Tabela 18 – Endividamento por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T4 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	916	907	10	1%	913	3	0%	
Circuito do Estoril, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%	
OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.	916	907	10	1%	913	3	0%	
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Teatro Nacional S. João, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Gestoras de Património	4.985.482	5.532.352	-546.870	-10%	5.093.330	-107.848	-2%	
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Parque Expo 98, S.A.	134.492	12.301	122.191	993%	164.361	-29.869	-18%	
PARUPS, S.A.	615.625	1.410.897	-795.272	-56%	604.662	10.963	2%	
PARVALOREM, S.A.	4.184.042	4.058.062	125.980	3%	4.273.115	-89.073	-2%	
Polis Litoral Ria Aveiro, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Polis Litoral Ria Formosa, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Polis Litoral Sudoeste, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%	
SIMAB - Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	29.029	28.200	829	3%	29.861	-832	-3%	
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	22.293	22.891	-598	-3%	21.331	963	5%	
Comunicação	83.235	185.730	-102.495	-55%	78.316	4.919	6%	
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.	567	638	-71	-11%	696	-129	-19%	
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	82.668	185.092	-102.424	-55%	77.620	5.048	7%	
Saúde	299	13.290	-12.991	-98%	1.240	-941	-76%	
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	0	5.960	-5.960	-100%	958	-958	-100%	
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.	205	0	205	0%	205	0	0%	
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%	

**Tabela 18 – Endividamento por empresa (continuação)**

	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T4 2014	Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	14	0	14	0%	17	-3	-19%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%
IPO - Lisboa, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%
IPO - Porto, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	80	0	80	0%	60	20	33%
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	0	7.330	-7.330	-100%	0	0	0%
Empresas Financeiras	5.081.869	5.311.551	-229.682	-4%	5.283.549	-201.680	-4%
ADP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	605.000	605.000	0	0%	605.000	0	0%
Empordef-Empresa Portuguesa de Defesa SGPS SA	207.900	-50.571	258.471	511%	207.900	0	0%
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%
Parpública -Participações Públicas SGPS, S.A.	3.915.898	4.375.137	-459.240	-10%	4.046.235	-130.337	-3%
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%
SAGESTAMO - Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A.	353.071	381.984	-28.913	-8%	424.415	-71.343	-17%
Empresas Imobiliárias	372.671	404.728	-32.057	-8%	426.866	-54.194	-13%
Baía do Tejo, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%
Estamo - Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	372.671	404.728	-32.057	-8%	426.866	-54.194	-13%
Lazer e Floresta, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%
Administração Pública	1.465.542	1.505.575	-40.033	-3%	1.485.373	-19.832	-1%
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.	359.772	359.805	-33	0%	360.013	-242	0%
Parque Escolar, E.P.E.	1.105.770	1.145.770	-40.000	-3%	1.125.360	-19.590	-2%
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	0	0	0	0%	0	0	0%
VianaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis Viana do Castelo, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%
Agricultura e Pescas	0	0	0	0%	0	0	0%
Companhia das Lezírias, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%
Docapesca - Portos e Lotas, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%

**Tabela 18 – Endividamento por empresa (continuação)**

	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T4 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Construção	732.278	731.992	286	0%	735.436	-3.158	0%	
EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A.	732.278	731.992	286	0%	735.436	-3.158	0%	
Indústrias transformadoras	0	0	0	0%	0	0	0%	
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Transportes e armazenagem	17.858.649	16.919.595	939.054	6%	18.403.177	-544.528	-3%	
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.	17.907	17.907	-0	0%	18.634	-727	-4%	
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	20.000	20.000	0	0%	20.000	0	0%	
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%	
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	770.738	830.062	-59.324	-7%	813.320	-42.583	-5%	
EP - Estradas de Portugal SA	2.566.551	2.149.220	417.332	19%	2.539.489	27.062	1%	
Metro do Mondego, S.A.	0	0	0	0%	0	0	0%	
Metro do Porto, S.A.	3.283.313	3.287.302	-3.989	0%	3.220.741	62.572	2%	
Metropolitano de Lisboa EPE	3.776.023	3.447.431	328.592	10%	3.816.332	-40.309	-1%	
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.	6.241	6.241	0	0%	7.322	-1.081	-15%	
REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.	5.827.903	5.608.397	219.506	4%	6.431.804	-603.901	-9%	
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	417.450	419.608	-2.158	-1%	415.208	2.241	1%	
Transportes Aéreos portugueses, S.A.	982.648	949.074	33.575	4%	935.286	47.362	5%	
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	189.875	184.353	5.522	3%	185.041	4.834	3%	
Total	30.580.941	30.605.718	-24.777	0 %	31.508.201	-927.260	-3 %	

Fonte: SiRIEF



Tabela 19 – EBITDA por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	213	89	124	140%	424	-211	-50%	
Circuito do Estoril, S.A.	480	206	274	133%	96	384	400%	
OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.	-511	-135	-376	-280%	146	-657	-449%	
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	-71	-97	27	27%	-100	29	29%	
Teatro Nacional S. João, E.P.E.	314	115	199	173%	282	32	11%	
Gestoras de Património	-9.898	-95.493	85.594	90%	-30.581	20.683	68%	
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SGPS, S.A.	219	50	169	341%	222	-4	-2%	
Parque Expo 98, S.A.	-1.788	715	-2.503	-350%	-65	-1.723	-	
PARUPS, S.A.	-3.716	-27.218	23.503	86%	-10.532	6.816	2652%	65%
PARVALOREM, S.A.	-5.537	-70.606	65.069	92%	-21.508	15.972	74%	
Polis Litoral Ria Aveiro, S.A.	2	0	2	0%	0	1	245%	
Polis Litoral Ria Formosa, S.A.	-8	2	-10	-569%	-17	9	53%	
Polis Litoral Sudoeste, S.A.	-12	0	-12	0%	-6	-6	-113%	
SIMAB - Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	1.726	2.108	-382	-18%	1.802	-76	-4%	
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	-784	-543	-241	-44%	-478	-306	-64%	
Comunicação	10.707	9.643	1.064	11%	8.068	2.639	33%	
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.	374	64	311	488%	264	110	42%	
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	10.332	9.579	753	8%	7.804	2.529	32%	
Saúde	-67.332	221.956	- 289.287	-130%	-53.811	-13.521	-25%	
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.	-4.930	-889	-4.040	-454%	-3.090	-1.840	-60%	
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	-972	45	-1.016	-2273%	-1.523	552	36%	
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	175	2.043	-1.869	-91%	2.369	-2.194	-93%	
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-7.795	-93	-7.702	-8274%	-9.758	1.963	20%	
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	-33.654	-23.102	-10.552	-46%	-26.755	-6.899	-26%	
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-6.568	188	-6.756	-3586%	-7.991	1.424	18%	
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-2.555	-5.884	3.329	57%	-942	-1.613	-171%	
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-3.326	579	-3.905	-674%	1.172	-4.497	-384%	
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E.	11.737	147.719	-	-92%	9.558	2.179	23%	
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-320	240	-560	-234%	-1.008	688	68%	
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	1.114	884	230	26%	-6.565	7.679	117%	
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	-23.952	-988	-22.965	-2325%	-13.367	-10.585	-79%	
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E.	1.490	-730	2.220	304%	322	1.168	363%	
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	5.323	3.628	1.695	47%	4.231	1.093	26%	
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	713	574	139	24%	263	450	171%	



Tabela 19 – EBITDA por empresa (continuação)

	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	1.374	381	993	260%	866	508	59%	
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	-1.246	80.910	-82.156	-102%	-288	-958	-332%	
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	1.712	2.798	-1.085	-39%	-9.365	11.077	118%	
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.	-9.341	-780	-8.561	-1098%	-2.342	-6.999	-299%	
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	-606	9.980	-10.586	-106%	25	-632	-2493%	
IPO - Lisboa, E.P.E.	-1.256	504	-1.760	-349%	-3.047	1.791	59%	
IPO - Porto, E.P.E.	4.816	813	4.003	493%	4.650	166	4%	
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	119	1.657	-1.538	-93%	776	-657	-85%	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-2.682	56	-2.737	-4927%	1.033	-3.714	-360%	
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	2.316	1.202	1.115	93%	5.285	-2.969	-56%	
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	981	220	761	345%	1.681	-700	-42%	
Empresas Financeiras	59.075	38.825	20.249	52%	-30.664	89.739	293%	
ADP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	-45	475	-519	-109%	1.179	-1.224	-104%	
Empordef-Empresa Portuguesa de Defesa SGPS SA	-398	1.852	-2.251	-122%	-566	168	30%	
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	128	79	49	62%	86	41	48%	
Parública -Participações Públicas SGPS, S.A.	58.080	36.232	21.848	60%	-33.662	91.742	273%	
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	1.651	484	1.167	241%	1.079	573	53%	
SAGESTAMO - Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A.	-342	-297	-44	-15%	1.219	-1.561	-128%	
Empresas Imobiliárias	24.122	22.883	1.239	5%	25.840	-1.718	-7%	
Baía do Tejo, S.A.	202	337	-136	-40%	422	-220	-52%	
Estamo - Sociedade Gestora de Participações Imobiliárias, S.A.	23.426	22.415	1.010	5%	25.362	-1.937	-8%	
Lazer e Floresta, S.A.	495	130	365	281%	56	439	788%	
Administração Pública	93.988	77.341	16.647	22%	56.358	37.630	67%	
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.	35.870	131	35.740	27352%	16.942	18.928	112%	
Parque Escolar, E.P.E.	45.672	76.546	-30.873	-40%	36.659	9.013	25%	
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	12.315	665	11.650	1751%	2.751	9.565	348%	
VianaPolis – Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis Viana do Castelo, S.A.	130	-0	130	-	6	124	1947%	
Agricultura e Pescas	2.850	1.986	864	44%	2.459	391	16%	
Companhia das Lezírias, S.A.	775	734	41	6%	673	103	15%	
Docapesca - Portos e Lotas, S.A.	2.075	1.251	823	66%	1.786	288	16%	



Tabela 19 – EBITDA por empresa (continuação)

	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Construção	4.946	6.256	-1.309	-21%	6.368	-1.422	-22%	
EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A.	4.946	6.256	-1.309	-21%	6.368	-1.422	-22%	
Indústrias transformadoras	13.498	18.859	-5.362	-28%	15.150	-1.653	-11%	
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	13.498	18.859	-5.362	-28%	15.150	-1.653	-11%	
Transportes e armazenagem	289.037	262.128	26.909	10%	215.251	73.785	34%	
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.	5.136	3.296	1.840	56%	5.329	-192	-4%	
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	18.013	16.960	1.053	6%	17.081	932	5%	
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	18.902	16.679	2.223	13%	15.868	3.034	19%	
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	4.506	3.777	729	19%	4.750	-244	-5%	
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-7.533	-2.289	-5.244	-229%	-550	-6.983	-1270%	
EP - Estradas de Portugal SA	333.290	333.761	-472	0%	263.167	70.122	27%	
Metro do Mondego, S.A.	-4	-748	744	99%	-6	2	35%	
Metro do Porto, S.A.	6.832	-17.552	24.384	139%	-81.785	88.617	108%	
Metropolitano de Lisboa EPE	-7.192	-18.999	11.807	62%	-1.787	-5.405	-302%	
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.	7.128	4.712	2.416	51%	12.398	-5.270	-43%	
REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.	-15.429	-33.601	18.173	54%	-7.771	-7.657	-99%	
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-2.607	-5.226	2.619	50%	-739	-1.868	-253%	
Transportes Aéreos portugueses, S.A.	-68.217	-29.926	-38.292	-128%	-8.004	-60.213	-752%	
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, S.A.	-3.789	-8.716	4.927	57%	-2.700	-1.089	-40%	
Total	421.205	564.472	-143.267	-25 %	214.863	206.342	96 %	

Fonte: SiRIEF

**Tabela 20 – CMVMC por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014	Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Cultura	16	7	9	138%	9	6	70%
Gestoras de Património	5.642	0	5.642	-	726	4.916	677%
Comunicação	33.526	40.621	-7.095	-17%	46.560	-13.034	-28%
Saúde	655.108	578.044	77.064	13%	609.272	45.836	8%
Empresas Financeiras	0	0	0	-	0	0	-
Empresas Imobiliárias	47.915	65.851	-17.936	-27%	11.124	36.791	331%
Administração Pública	0	0	0		21.673	-21.673	-100%
Agricultura e Pescas	2.357	2.157	200	9%	2.085	272	13%
Construção	0	8	-8	-100%	8	-8	-100%
Indústrias transformadoras	12.687	12.656	30	0%	10.945	1.742	16%
Transportes e armazenagem	259.139	311.571	-52.432	-17%	193.265	65.874	34%
Total	1.016.390	1.010.915	5.475	1%	895.667	120.723	13%

Fonte: SiRIEF

Tabela 21 – FSE por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014	Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Cultura	4.955	5.694	-739	-13%	3.933	1.022	26%
Gestoras de Património	6.047	10.218	-4.170	-41%	6.370	-322	-5%
Comunicação	20.257	21.822	-1.564	-7%	19.244	1.014	5%
Saúde	263.723	277.565	-13.841	-5%	263.255	468	0%
Empresas Financeiras	5.176	6.032	-856	-14%	5.116	60	1%
Empresas Imobiliárias	4.493	4.518	-25	-1%	5.003	-510	-10%
Administração Pública	19.669	37.885	-18.217	-48%	21.085	-1.416	-7%
Agricultura e Pescas	5.430	5.933	-503	-8%	4.437	993	22%
Construção	64.937	73.084	-8.147	-11%	36.955	27.982	76%
Indústrias transformadoras	7.169	6.714	456	7%	6.349	820	13%
Transportes e armazenagem	1.124.328	1.247.948	-123.620	-10%	1.104.747	19.580	2%
Total	1.526.184	1.697.413	-171.229	-10%	1.476.494	49.690	3%

Fonte: SiRIEF

**Tabela 22** – Gastos com Pessoal por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

	T2 2015		Δ (2015E/2015P)		T2 2014		Δ (2015/2014)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Cultura	9.785	9.366	419	4%	8.924	861	10%	
Gestoras de Património	9.747	11.091	-1.343	-12%	10.659	-912	-9%	
Comunicação	42.537	39.230	3.307	8%	42.398	139	0%	
Saúde	901.449	922.123	-20.674	-2%	880.018	21.431	2%	
Empresas Financeiras	5.648	6.246	-598	-10%	5.339	309	6%	
Empresas Imobiliárias	1.782	1.799	-17	-1%	1.735	46	3%	
Administração Pública	6.396	8.747	-2.351	-27%	7.756	-1.360	-18%	
Agricultura e Pescas	7.219	7.698	-480	-6%	6.156	1.063	17%	
Construção	2.896	2.950	-53	-2%	2.828	69	2%	
Indústrias transformadoras	10.025	10.198	-173	-2%	9.251	774	8%	
Transportes e armazenagem	492.657	508.249	-15.592	-3%	488.172	4.485	1%	
Total	1.490.141	1.527.697	-37.556	-2%	1.463.236	26.905	2%	

Fonte: SiRIEF

Tabela 23 – Cultura: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	4	-268	327	-605	-67	5	420	4	-65	194	-207	-16	-27	174
Endividamento	4	916	916	0	229	0	458	4	913	913	0	228	0	457
EBITDA	4	213	480	-511	53	122	441	4	424	282	-100	106	121	158
Volume de Negócios	4	4.068	1.791	144	1.017	1.067	707	4	3.184	1.721	198	796	632	650
Gastos Operacionais	4	14.756	9.461	845	3.689	2.225	3.905	4	12.867	8.250	536	3.217	2.041	3.433

Fonte: SIRIEF

Tabela 24 – Gestoras de Património: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	9	-90.491	1.755	-65.817	-10.055	0	22.260	9	-120.375	1.779	-84.154	-13.375	0	28.667
Endividamento	9	4.985.482	4.184.042	0	553.942	22.293	1.375.816	9	5.093.330	4.273.115	0	565.926	21.331	1.404.059
EBITDA	9	-9.898	1.726	-5.537	-1.100	-12	2.248	9	-30.581	1.802	-21.508	-3.398	-17	7.690
Volume de Negócios	9	6.397	2.463	0	711	5	1.038	9	2.443	1.698	0	271	5	557
Gastos Operacionais	9	21.436	11.511	98	2.382	788	3.700	9	17.754	10.599	88	1.973	559	3.369

Fonte: SIRIEF



**Tabela 25** – Comunicação: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	5.006	4.875	131	2.503	2.503	3.354	2	1.028	1.049	-21	514	514	757
Endividamento	2	83.235	82.668	567	41.618	41.618	58.054	2	78.316	77.620	696	39.158	39.158	54.394
EBITDA	2	10.707	10.332	374	5.353	5.353	7.041	2	8.068	7.804	264	4.034	4.034	5.331
Volume de Negócios	2	112.380	104.984	7.396	56.190	56.190	69.005	2	116.033	108.789	7.244	58.017	58.017	71.803
Gastos Operacionais	2	96.321	89.329	6.991	48.160	48.160	58.222	2	108.202	101.217	6.985	54.101	54.101	66.632

Fonte: SIRIEF

Tabela 26 – Saúde: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	26	-118.070	8.919	-39.281	-4.541	-1.330	9.695	26	-103.658	7.775	-32.605	-3.987	-1.608	8.002
Endividamento	26	299	205	0	11	0	42	26	1.240	958	0	48	0	190
EBITDA	26	-67.332	11.737	-33.654	-2.590	-463	8.902	26	-53.811	9.558	-26.755	-2.070	-131	7.135
Volume de Negócios	26	1.683.212	190.407	9.625	64.739	41.120	53.190	26	1.612.570	178.961	9.423	62.022	38.923	51.145
Gastos Operacionais	26	1.820.281	216.156	10.121	70.011	44.955	60.516	26	1.752.545	196.789	9.687	67.406	42.509	58.217

Fonte: SIRIEF

**Tabela 27** – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	6	4.722	45.029	-40.897	787	0	27.197	6	-97.957	48.103	-147.413	-16.326	552	67.005
Endividamento	6	5.283.549	4.046.235	0	880.592	316.157	1.520.785	6	5.081.869	3.915.898	0	846.978	280.486	1.568.996
EBITDA	6	59.075	58.080	-398	9.846	41	23.642	6	-30.664	1.219	-33.662	-5.111	583	14.006
Volume de Negócios	6	9.082	5.298	0	1.514	422	2.092	6	9.035	5.475	0	1.506	342	2.231
Gastos Operacionais	6	10.824	4.702	133	1.804	1.366	1.730	6	9.870	4.657	176	1.645	1.236	1.632

Fonte: SIRIEF

Tabela 28 – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	3	14.335	13.963	-106	4.778	478	7.960	3	11.486	11.395	14	3.829	78	6.552
Endividamento	3	372.671	372.671	0	124.224	0	215.162	3	426.866	426.866	0	142.289	0	246.451
EBITDA	3	24.122	23.426	202	8.041	495	13.325	3	25.840	25.362	56	8.613	422	14.506
Volume de Negócios	3	69.990	64.166	2.054	23.330	3.770	35.376	3	25.195	20.684	512	8.398	3.999	10.782
Gastos Operacionais	3	54.190	50.309	813	18.063	3.068	27.948	3	17.863	14.037	728	5.954	3.098	7.099

Fonte: SIRIEF

**Tabela 29 – Administração Pública: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	4	46.075	35.397	0	11.519	5.339	16.324	4	10.547	16.094	-7.442	2.637	947	9.835
Endividamento	4	1.465.542	1.105.770	0	366.385	179.886	521.284	4	1.485.373	1.125.360	0	371.343	180.007	530.554
EBITDA	4	93.988	45.672	130	23.497	24.093	20.943	4	56.358	36.659	6	14.090	9.847	16.777
Volume de Negócios	4	80.157	46.151	0	20.039	17.003	19.549	4	105.496	61.248	0	26.374	22.124	26.650
Gastos Operacionais	4	26.065	9.183	24	6.516	8.429	4.349	4	50.514	34.402	42	12.629	8.035	15.074

Fonte: SIRIEF

Tabela 30 – Agricultura e pescas: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	801	585	216	400	400	261	2	173	115	58	86	86	40
Endividamento	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
EBITDA	2	2.850	2.075	775	1.425	1.425	919	2	2.459	1.786	673	1.229	1.229	788
Volume de Negócios	2	13.594	12.290	1.304	6.797	6.797	7.768	2	11.291	10.039	1.253	5.646	5.646	6.213
Gastos Operacionais	2	15.005	10.554	4.451	7.503	7.503	4.315	2	12.678	8.592	4.086	6.339	6.339	3.186

Fonte: SIRIEF

**Tabela 31** – Construção: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	-6.118	-6.118	-6.118	-6.118	-6.118	-	1	15.338	15.338	15.338	15.338	15.338	-
Endividamento	1	732.278	732.278	732.278	732.278	732.278	-	1	735.436	735.436	735.436	735.436	735.436	-
EBITDA	1	4.946	4.946	4.946	4.946	4.946	-	1	6.368	6.368	6.368	6.368	6.368	-
Volume de Negócios	1	9.804	9.804	9.804	9.804	9.804	-	1	8.110	8.110	8.110	8.110	8.110	-
Gastos Operacionais	1	67.834	67.834	67.834	67.834	67.834	-	1	39.790	39.790	39.790	39.790	39.790	-

Fonte: SIRIEF

Tabela 32 – Indústrias transformadoras: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	8.056	8.056	8.056	8.056	8.056	-	1	9.603	9.603	9.603	9.603	9.603	-
Endividamento	1	0	0	0	0	0	-	1	0	0	0	0	0	-
EBITDA	1	13.498	13.498	13.498	13.498	13.498	-	1	15.150	15.150	15.150	15.150	15.150	-
Volume de Negócios	1	42.643	42.643	42.643	42.643	42.643	-	1	40.246	40.246	40.246	40.246	40.246	-
Gastos Operacionais	1	29.881	29.881	29.881	29.881	29.881	-	1	26.545	26.545	26.545	26.545	26.545	-

Fonte: SIRIEF

**Tabela 33** – Transportes e armazenagem: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2015							2014						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	14	-295.686	36.487	-126.027	-21.120	-3.599	45.615	14	-344.207	7.865	-168.961	-24.586	-3.108	47.339
Endividamento	14	17.858.649	5.827.903	0	1.275.618	303.662	1.851.819	14	18.403.177	6.431.804	0	1.314.513	300.125	1.967.176
EBITDA	14	289.037	333.290	-68.217	20.645	2.251	92.388	14	215.251	263.167	-81.785	15.375	-278	75.202
Volume de Negócios	14	1.964.560	1.066.483	0	140.326	23.930	304.501	14	1.853.295	1.068.612	0	132.378	24.782	293.753
Gastos Operacionais	14	1.746.069	1.138.150	291	124.719	24.757	299.995	14	1.645.574	1.089.288	313	117.541	28.666	285.097

Fonte: SIRIEF

**C. LEGISLAÇÃO RELEVANTE NO ÂMBITO DO SEE**

Data de Publicação	Série DR	Diploma	Sumário
08.04.2015	II	Resolução n.º 21/2015	Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, E.P.E.
09.04.2015	I	Decreto-Lei n.º 47/2015	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 223/2000, de 9 de setembro, que criou a Agência para a Energia (ADENE)
17.04.2015	II	Despacho n.º 3828/2015	Remuneração do Presidente e do Vogal do conselho de administração da RTP
23.04.2015	I	Decreto-Lei n.º 62/2015	Procede à transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., da responsabilidade pelo pagamento dos complementos de pensão do Fundo de Pensões dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., e do Fundo de Pensões da Gestnave - Serviços Industriais, S. A
29.04.2015	II	Resolução n.º 25/2015	Nomeia o vogal executivo do conselho de administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.
29.04.2015	II	Resolução n.º 26/2015	Nomeia os membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.
30.04.2015	II, 2º Suplemento	Despacho n.º 4410-C/2015	É atribuída à sociedade Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A., a classificação integrante no grupo C, no que respeita aos critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos
06.05.2015	I	Decreto-Lei n.º 69/2015	Aprova o processo de reprivatização da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.
06.05.2015	I	Decreto-Lei n.º 70/2015	Aprova o processo de reprivatização da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
06.05.2015	II	Resolução n.º 29/2015	Procede à demissão, por mera conveniência, da vogal do conselho de administração da CP - Comboios de Portugal, E.P.E., e designa um vogal do conselho de administração, para completar o mandato em curso
08.05.2015	I, 1.º Suplemento	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30-A/2015	Aprova o caderno de encargos do processo de reprivatização da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
08.05.2015	I, 1.º Suplemento	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30-B/2015	Aprova o caderno de encargos do processo de reprivatização da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.
11.05.2015	I	Decreto-Lei n.º 74/2015	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 187/2002, de 21 de agosto, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 175/2008, de 26 de agosto, no sentido de conformar os respetivos regimes de aprovação anual de contas ao calendário de aprovação de contas das entidades em que detêm participações
13.05.2015	I	Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2015	Aprova, para o corrente ano, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público
14.05.2015	II	Despacho n.º 5075/2015	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., o Professor Doutor Alexandre Tiedtke Quintanilha
14.05.2015	II	Despacho n.º 5076/2015	Nomeia presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E., o Dr. Elísio Alexandre Soares dos Santos
14.05.2015	II	Despacho n.º 5077/2015	Nomeia presidente do conselho consultivo do Hospital Distrital de Santarém, E.P.E., o Doutor José António de Azevedo Pereira
14.05.2015	II	Despacho n.º 5078/2015	Nomeia, presidente do conselho consultivo da Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E., o Professor Doutor Adriano José Alves Moreira
14.05.2015	II	Despacho n.º 5079/2015	Nomeia presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E., o Dr. Eugénio José da Cruz



Data de Publicação	Série DR	Diploma	Sumário
			Fonseca
15.05.2015	I	Decreto-Lei n.º 82/2015	Aprova as bases da concessão das atividades de serviço público de exploração e administração do equipamento «Oceanário de Lisboa»
15.05.2015	II, 3.º Suplemento	Despacho n.º 5119-C/2015	Determina que o proponente ou proponentes selecionados através do processo de venda direta de referência, no âmbito da operação de reprivatização indireta do capital social da Transportes Aéreos Portugueses, S.A., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 181-A/2014 de 24 de dezembro para aquisição de ações representativas de até 61% do capital social da Transportes Aéreos Portugueses, S.A., deve prestar uma garantia bancária, em valor correspondente à diferença entre o montante da prestação pecuniária inicial e o montante global do preço oferecido para a compra das referidas ações
15.05.2015	II, 4.º Suplemento	Despacho n.º 5119-D/2015	Despacho de delegação de competências na Secretária de Estado do Tesouro - processo de reprivatização da CP Carga
15.05.2015	II, 4.º Suplemento	Despacho n.º 5119-E/2015	Despacho de subdelegação de competências na Secretária de Estado do Tesouro - processo de reprivatização da EMEF
15.05.2015	II, 4.º Suplemento	Despacho n.º 5119-F/2015	Estabelece data de início do período para a realização das diligências informativas previstas no artigo 6.º do aludido caderno de encargos, bem como a data-limite para a apresentação das propostas vinculativas de aquisição de ações
15.05.2015	II, 4.º Suplemento	Despacho n.º 5119-G/2015	Processo de reprivatização da empresa CP EMEF. Estabelece a data de início do período para a realização das diligências informativas previstas no artigo 6.º do caderno de encargos
21.05.2015	I	Decreto-Lei n.º 83/2015	Procede à transferência para a APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., da jurisdição portuária da via navegável do rio Douro e define as consequências do processo de fusão, por incorporação, da APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A., na APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.
21.05.2015	I, 1.º Suplemento	Resolução do Conselho de Ministros n.º 32-A/2015	Determina a realização de uma fase de negociações para os proponentes que procederam à apresentação de propostas vinculativas no âmbito do processo de reprivatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.
26.05.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 306-B/2015	Autoriza a Metro do Porto, S.A., Entidade Pública Reclassificada, a proceder ao pagamento do montante adicional referente à segunda prorrogação do Contrato de Subconcessão da Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto
27.05.2015	II, 1.º Suplemento	Despacho n.º 5638-A/2015	Determina o período das negociações e o prazo final para a apresentação de propostas vinculativas melhoradas e finais no processo de reprivatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A
29.05.2015	I	Decreto-Lei n.º 89/2015	Altera o regime jurídico aplicável à Finangeste - Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A., criada pelo Decreto-Lei n.º 250/82, de 26 de junho, adaptando os respetivos estatutos ao Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro
29.05.2015	I	Decreto-Lei n.º 91/2015	Procede à fusão, por incorporação, da EP - Estradas de



Data de Publicação	Série DR	Diploma	Sumário
			Portugal, S.A., na REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., transforma a REFER em sociedade anónima, redenominando-a para Infraestruturas de Portugal, S.A., e aprova os respetivos Estatutos
29.05.2015	I	Decreto-Lei n.º 92/2015	Cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal
29.05.2015	I	Decreto-Lei n.º 93/2015	Cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal
29.05.2015	I	Decreto-Lei n.º 94/2015	Cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo
02.06.2015	I	Decreto-Lei n.º 100/2015	Aprova o regime jurídico das sociedades financeiras de crédito e altera os regimes jurídicos das sociedades de investimento, sociedades de locação financeira, sociedades de factoring e sociedades de garantia mútua
03.06.2015	I, 1.º Suplemento	Despacho n.º 6005-A/2015	Nomeia presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E., o General Luís Valença Pinto
08.06.2015	II	Despacho n.º 6268/2015	Concessão da garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, SA junto do Banco Europeu de Investimento, para financiamento parcial do projeto "EPAL II
11.06.2015	II	Despacho n.º 6488/2015	idD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A.
11.06.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 441-A/2015	Autoriza a CP-Comboios de Portugal, E.P.E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de "Manutenção e Reparação relativo às Unidades Duplas Diesel da série 9630", a celebrar com a EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
11.06.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 441-B/2015	Autoriza a CP-Comboios de Portugal, E.P.E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de "Manutenção e Reparação relativo aos Comboios de Pendulação Ativa da série 4000", a celebrar com a EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
11.06.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 441-C/2015	Autoriza a CP-Comboios de Portugal, E.P.E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de "Manutenção e Reparação relativo às Unidades Triplas Elétricas da série 2240", a celebrar com a EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
11.06.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 441-D/2015	Autoriza a CP-Comboios de Portugal, E.P.E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de "Manutenção e Reparação relativo às Unidades Múltiplas Elétricas da série 3400", a celebrar com a EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
11.06.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 441-E/2015	Autoriza a CP-Comboios de Portugal, E.P.E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de "Manutenção e Reparação relativo às Carruagens Inox Climatizadas", a celebrar com a EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A
11.06.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 441-F/2015	Autoriza a CP-Comboios de Portugal, E.P.E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de "Manutenção e Reparação relativo às Locomotivas Diesel da série 1400", a celebrar com a EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
11.06.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 441-G/2015	Autoriza a CP-Comboios de Portugal, E.P.E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de



Data de Publicação	Série DR	Diploma	Sumário
			prestação de serviços de "Manutenção e Reparação relativo às Unidades Quádruplas Elétricas da série 3500", a celebrar com a EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A
11.06.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 441-H/2015	Autoriza a CP-Comboios de Portugal, E.P.E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de "Manutenção e Reparação relativo às Unidades Múltiplas Elétricas da série 3150/3250", a celebrar com a EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
11.06.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 441-I/2015	Autoriza a CP-Comboios de Portugal, E.P.E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de "Manutenção e Reparação relativo às Unidades Duplas Diesel da série 450", a celebrar com a EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
11.06.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 441-J/2015	Autoriza a CP-Comboios de Portugal, E.P.E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de "Manutenção e Reparação relativo às Unidades Quádruplas Elétricas da série 2300/2400", a celebrar com a EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A
11.06.2015	II, 1.º Suplemento	Portaria n.º 441-K/2015	Autoriza a CP-Comboios de Portugal, E.P.E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de "Intervenção Meio de vida - R1" dos 10 CPA, a celebrar com a EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A
12.06.2015	I, 1.º Suplemento	Resolução do Conselho de Ministros n.º 38-A/2015	Procede à seleção do agrupamento que irá adquirir as ações representativas de até 61% do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., as quais constituem objeto da venda direta de referência no âmbito do processo de reprivatização em curso
18.06.2015	II	Despacho n.º 6826/2015	Determina que a atividade da entidade gestora da rede de mobilidade elétrica continue a ser assegurada pela sociedade Mobi.E, S.A.
25.06.2015	II	Resolução n.º 34/2015	Nomeia o diretor clínico do conselho de administração do Hospital de Santa Maria Maior, E.P.E.
26.06.2015	II	Resolução n.º 36/2015	Nomeia os membros do conselho de administração do Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.
29.06.2015	II	Despacho n.º 7106/2015	Nomeação dos membros do Conselho Consultivo da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, EPE
29.06.2015	II, 1.º Suplemento	Despacho n.º 7136-A/2015	Despacho de delegação de competências na Secretária de Estado do Tesouro - processo de reprivatização da EMEF, S.A.
29.06.2015	II, 1.º Suplemento	Despacho n.º 7136-B/2015	Despacho de delegação de competências na Secretária de Estado do Tesouro - processo de reprivatização da CP Carga, S.A.
29.06.2015	II, 1.º Suplemento	Despacho n.º 7136-C/2015	Processo de reprivatização da empresa EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.: prestação de garantia bancária autónoma e à primeira solicitação pelo proponente selecionado a favor da CP, E.P.E.
29.06.2015	II, 1.º Suplemento	Despacho n.º 7136-D/2015	Processo de reprivatização da empresa CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.: prestação de garantia bancária autónoma e à primeira solicitação pelo proponente selecionado a favor da CP, E.P.E.
30.06.2015	II, 2.º Suplemento	Despacho n.º 7191-	Cria a Comissão Especial para acompanhamento da



Data de Publicação	Série DR	Diploma	Sumário
		C/2015	reprivatização da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.
30.06.2015	II, 2.º Suplemento	Despacho n.º 7191-D/2015	Cria a Comissão Especial para acompanhamento da reprivatização da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.